

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA A G E N D A

VOLUME 4

UMA REVISTA ELETRÔNICA DA AGÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DOS EUA

NÚMERO 2

*Enfrentando o
Desafio da
Proliferação*

Setembro de 1999

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A

Enfrentando o Desafio da Proliferação

AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

REVISTA ELETRÔNICA DA USIA

VOLUME 4 • NÚMERO 2 • SETEMBRO DE 1999



“Estamos, mais uma vez, nos dedicando a objetivos que são, ao mesmo tempo, essenciais e duradouros: Assegurar que o poder do átomo somente seja utilizado com fins pacíficos. Manter as armas mortais fora do alcance das pessoas perigosas. Fazer com que se aproxime o dia em que as nações sejam respeitadas, não pelas armas que possuem, mas pelas promessas que cumprem — às outras nações e aos seus próprios povos.”

Secretária de Estado Madeleine Albright
1º de abril de 1999

Este número de *Agenda de Política Externa dos Estados Unidos* analisa a reação dos Estados Unidos ao desafio apresentado pela proliferação das armas de destruição em massa [weapons of mass destruction] (WMD) e os sistemas de mísseis utilizados para o seu lançamento. Autoridades do governo dos Estados Unidos descrevem as iniciativas da nação para enfrentar e prevenir a proliferação; falam sobre as ameaças apresentadas pelas armas nucleares, químicas e biológicas; e analisam a política dos Estados Unidos no que se refere à questão das armas convencionais, incluindo minas terrestres, armas leves e os níveis de equipamento militar e tropas na Europa. Uma pessoa que tem uma posição de destaque no mundo acadêmico analisa a experiência dos Estados Unidos com as WMD e um especialista do Congresso analisa a situação da legislação referente ao controle de armamento no Congresso dos Estados Unidos. Um senador americano examina a desativação das WMD na ex-União Soviética e representantes do Departamento de Defesa e do Conselho de Segurança Nacional [National Security Council] falam sobre a proliferação dos armamentos na Índia, no Paquistão, no Iraque e no Irã.

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A

Uma Revista Eletrônica da Agência de Divulgação dos Estados Unidos

ENFRENTANDO O DESAFIO DA PROLIFERAÇÃO

ÍNDICE

☉ ÊNFASE

O FORTALECIMENTO DAS INICIATIVAS DE NÃO-PROLIFERAÇÃO É ESSENCIAL PARA A SEGURANÇA GLOBAL 6

Samuel R. Berger
Assessor do Presidente Clinton para Assuntos de Segurança Nacional

A PROLIFERAÇÃO DAS ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA: DESAFIOS E REAÇÕES 12

John D. Holum
Assessor Sênior da Secretária de Estado para Assuntos Referentes ao Controle de Armamentos e à Segurança Internacional

UTILIZAÇÃO E PROLIFERAÇÃO DE ARMAS LEVES: ESTRATÉGIAS PARA UM DILEMA GLOBAL 17

Eric David Newsom
Assistente da Secretária de Estado para Assuntos Políticos e Militares

UM MUNDO SEM MINAS TERRESTRES ATÉ 2010 NÃO É APENAS UM SONHO 20

Embaixador Donald K. Steinberg
Representante Especial do Presidente e da Secretária de Estado para a Remoção Humanitária de Minas
e Laurie Zimmerman, Pesquisadora Harold W. Rosenthal

ADAPTANDO O TRATADO DAS CFE ÀS NOVAS REALIDADES E DESAFIOS 24

Craig Gordon Dunkerley
Enviado Especial para as Forças Armadas Convencionais na Europa

☉ COMENTÁRIOS

ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA: A EXPERIÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS 27

Lawrence Korb
Diretor de Estudos,
Conselho de Relações Exteriores

CONTROLE DE ARMAMENTOS NO 106.º CONGRESSO 31

Amy F. Woolf
Especialista em Defesa Nacional,
Serviço de Pesquisas do Congresso

☉ QUESTÕES REGIONAIS

NUNN-LUGAR: UM HISTÓRICO RESPEITÁVEL NA DESATIVAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES SOVIÉTICAS	34
--	-----------

Senador Richard Lugar

OS CUSTOS DAS ARMAS NUCLEARES NO SUL DA ÁSIA	37
---	-----------

Peter R. Lavoy

Diretor de Política Contra a Proliferação

Gabinete do Secretário de Defesa

PREVENINDO A DISSEMINAÇÃO DE ARMAS PERIGOSAS NO IRAQUE E NO IRÃ	41
--	-----------

Bruce O. Riedel

Diretor Sênior do Conselho de Segurança Nacional para Questões Referentes às Regiões Leste e Sul da Ásia

☉ MATERIAL ADICIONAL DE LEITURA

ENFRENTANDO O DESAFIO DA PROLIFERAÇÃO: AVISO SOBRE ARTIGOS	44
---	-----------

Resumo de artigos recentes

ENFRENTANDO O DESAFIO DA PROLIFERAÇÃO: BIBLIOGRAFIA	46
--	-----------

Destaques para outras opiniões

ENFRENTANDO O DESAFIO DA PROLIFERAÇÃO: PRINCIPAIS SITES NA INTERNET	47
--	-----------

Links, na Internet, para recursos a respeito de questões relacionadas ao assunto desta publicação

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA A G E N D A

UMA REVISTA ELETRÔNICA DA AGÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

VOLUME 4 • NÚMERO 2 • SETEMBRO DE 1999

As revistas eletrônicas da USIA, publicadas e transmitidas para o mundo inteiro a cada três semanas, examinam as principais questões que afetam os Estados Unidos e a comunidade internacional. As revistas — Perspectivas Econômicas, Assuntos Globais, Questões de Democracia, Agenda de Política Externa dos EUA e Sociedade e Valores dos EUA — apresentam análises, comentários e informações de caráter geral em suas áreas temáticas. Todos os números aparecem em inglês, francês e português, e alguns números também aparecem em árabe, espanhol e russo.

As opiniões apresentadas nas revistas não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo norte-americano. Favor observar que o USIS não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo e nem pela continuidade do acesso aos sites da Internet para os quais há links nesta publicação; tal responsabilidade cabe aos respectivos provedores. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a não ser que haja restrições de copyright mencionadas em alguma parte dos mesmos.

Os números atuais ou anteriores das revistas podem ser encontrados na Home Page do U.S. Information Service (USIS) [Serviço de Divulgação dos Estados Unidos], na World Wide Web, no seguinte endereço: "<http://www.usia.gov/journals/journals.htm>". Eles se encontram disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar a visualização on-line, a transferência, o downloading, e a impressão. Os comentários serão bem recebidos no escritório local do U.S. Information Service (USIS) [Serviço de Divulgação dos Estados Unidos] ou na redação:

*Editor, U.S. Foreign Policy Agenda
Political Security - I/TPS
U.S. Information Agency
301 4th Street, S.W.
Washington, D.C. 20547
United States of América*

E-mail: ejforpol@usia.gov

Por favor observe que esta edição de AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS pode ser encontrada na Home Page do USIS, na World Wide Web, no seguinte endereço:

"<http://www.usia.gov/journals/ittps/0999/ijpelijpe0999.htm>".

EDITORA RESPONSÁVEL Judith S. Siegel
EDITORA Leslie High
EDITORAS EXECUTIVAS Margaret A. McKay
. Jacqui S. Porth
EDITORES ASSOCIADOS Wayne Hall
. Guy Olson
COLABORADORES Ralph Dannheisser
. Susan Ellis
. James Ladd
. Dian McDonald
. Mary Scholl
. Terence Scott
PESQUISADORES Sam Anderson
. Rebecca Ford Mitchell
. Vivian Stahl
DIRETORA DE ARTE Barbara Long
PROGRAMADORA VISUAL Sylvia Scott
ASSISTENTE DE PROGRAMAÇÃO Yvonne Shanks
CONSELHO EDITORIAL Howard Cincotta
. Judith S. Siegel
. Leonardo Williams

O FORTALECIMENTO DAS INICIATIVAS DE NÃO-PROLIFERAÇÃO É ESSENCIAL PARA A SEGURANÇA GLOBAL

Samuel R. Berger



Com o aumento dos riscos de que os terroristas possam adquirir ou usar armas de destruição em massa (WMD), Berger afirma que o governo Clinton tem três grandes prioridades em mente: fortalecer um elenco de medidas de não-proliferação, enfrentar ameaças urgentes em nível regional, associadas às WMD, e reforçar as defesas contra o uso das WMD. Berger é o Assessor do Presidente Clinton para Assuntos de Segurança Nacional.

A diminuição no ritmo de disseminação das armas de destruição em massa (WMD) tem sido uma grande prioridade para o presidente Clinton. O motivo é claro: permitir que um número cada vez maior de países, inclusive notórios rivais em nível regional, e até mesmo grupos de terroristas, desenvolvam armas nucleares, químicas e biológicas, e permitir o desenvolvimento de armas mais numerosas e destrutivas, faria com que o mundo se transformasse em um lugar muito mais perigoso. Portanto, os Estados Unidos continuarão a trabalhar com afinco para fortalecer os acordos e os esforços globais visando a não-proliferação.

Acontecimentos recentes e preocupantes servem para reafirmar a urgência desta tarefa.

Em maio de 1998, a Índia, e em seguida o Paquistão, conduziram testes nucleares que detonaram a longa e latente rivalidade nuclear da região sul da Ásia. Essas explosões quase funcionaram como o estopim de uma corrida armamentista sem limites na região, com o acúmulo de armas e mísseis nucleares. E o confronto, deste ano, pela posse da área fronteiriça de Kargil, na Caxemira, serviu como um alerta de que continua havendo o perigo de conflitos violentos entre esses dois rivais.

Em julho de 1998, os testes, realizados pelo Irã, do míssil Shahab-3, ampliaram a capacidade de Teerã de atingir alvos no Oriente Médio. Somado ao contínuo esforço do Irã no sentido de adquirir armas nucleares, o desenvolvimento desse míssil representa uma ameaça à estabilidade da região.

Em agosto de 1998, a Coréia do Norte testou o seu míssil Taepo-Dong sobre o Japão. Esse teste, e indícios de que a Coréia do Norte está se preparando para um segundo teste de um míssil de longo alcance, ameaçam comprometer os esforços para a construção da paz e da segurança na região.

Enquanto isso, as contínuas dificuldades econômicas da Rússia têm feito com que cresça o desafio a Moscou, no sentido de controlar o tráfico de materiais e tecnologias sensíveis, associados a armamentos, através das suas fronteiras. Os cientistas e institutos envolvidos no desenvolvimento de armas têm enfrentando pressões financeiras cada vez maiores para vender seus produtos a quem quer que esteja no mercado, incluindo nações não confiáveis.

Finalmente, em dezembro de 1998, o líder iraquiano Saddam Hussein, mais uma vez, deixou de honrar seus compromissos de cooperar com os inspetores da ONU, ignorando as advertências da comunidade internacional. Os Estados Unidos, em conjunto com a Grã-Bretanha, reagiram com o uso da força, atacando o programa iraquiano para desenvolver e lançar WMD e sua capacidade de ameaçar os seus vizinhos. Mas nós ainda não eliminamos o perigo, e não vamos esmorecer em nossa determinação de coibir as ameaças impostas por Saddam.

Além desses três fatos específicos, duas ameaças abrangentes e perigosas surgiram.

Primeiro, como o presidente já alertou várias vezes, é cada vez maior o risco de que terroristas adquiram e

procurem usar armas químicas ou biológicas como armas de terror.

Segundo, a proliferação de mísseis balísticos tem se tornado mais intensa, como ficou demonstrado pelos testes de mísseis iranianos e norte-coreanos, e pelo progresso nos programas de mísseis da Índia e do Paquistão. Embora um grande número de países ainda não possua a tecnologia para desenvolver mísseis de alcance intercontinental, a capacidade de utilizar mísseis de alcance mais curto — baseados em tecnologia SCUD, de combustível líquido — se encontra disponível, de modo geral. O Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis [Missile Technology Control Regime] (MTCR) ajuda a limitar a disseminação da tecnologia de mísseis, mas vários fornecedores-chave, como a Coreia do Norte, estão fora do MTCR. Infelizmente, em regiões como o Oriente Médio e o sul da Ásia, a dinâmica da política ainda pesa contra os acordos para limitar esses mísseis.

Nem todas as notícias recentes no campo da não-proliferação têm sido ruins. Vários fatos animadores têm acontecido. Na Conferência multilateral sobre Desarmamento [Conference on Disarmament] chegou-se a um acordo para a organização de negociações sobre um Tratado global de Corte de Materiais Físséis [Fissile Material Cutoff Treaty], que determinaria o fim da produção de materiais adicionais para armas nucleares. O Brasil ratificou o Tratado Abrangente de Proibição de Testes [Comprehensive Test Ban Treaty] e se tornou signatário do Tratado de Não-Proliferação [Non-Proliferation Treaty], completando um processo extraordinário que quase eliminou a ameaça de proliferação nuclear na América Latina. A Rússia vem tomando medidas para impedir a disseminação de tecnologia de armamento para fora do seu território. E o Congresso dos Estados Unidos promulgou leis importantes para implementar a Convenção sobre Armas Químicas [Chemical Weapons Convention].

Outro fato animador foi a reação global aos testes nucleares realizados pela Índia e pelo Paquistão: Eles foram condenados em quase todos os cantos do mundo. Trata-se de uma questão na qual os Estados Unidos, a China e a Rússia encontraram uma voz comum; uma questão na qual as principais potências concordaram com muitas nações em desenvolvimento.

Em vez de demonstrar o fracasso das normas internacionais contra a proliferação, a reação internacional aos testes demonstrou a capacidade que essas normas têm de resistir à adversidade.

Mas esses sinais positivos têm sido eclipsados pelos crescentes desafios. Mais do que nunca, as nações do mundo precisam se unir para construir um futuro que ofereça maior segurança. Permitam-me descrever as iniciativas de política dos Estados Unidos para prevenir e enfrentar a proliferação no limiar do novo século.

Primeiro, estamos tomando atitudes firmes para fortalecer o regime de não-proliferação. Quando falo nisso, estou falando do consenso internacional e dos acordos e estruturas internacionais que têm como objetivo coibir as WMD e os mísseis balísticos.

O fortalecimento deste regime é crítico para que possamos dar às nações maior confiança para que elas possam abrir mão das WMD e dos mísseis balísticos, ou tê-los em quantidades reduzidas, sem ficar em desvantagem em relação aos seus rivais que possuem tais armas. O regime é também essencial para isolar as nações que não participam do regime e pressioná-las para que elas restrinjam seus programas e, mais cedo ou mais tarde, se unam aos participantes.

No que se refere ao fortalecimento do regime, o presidente Clinton continua a enfatizar que obter o aconselhamento e a anuência do Senado dos Estados Unidos para a ratificação do Tratado Abrangente de Banimento de Testes Nucleares [Comprehensive Test Ban Treaty] (CTBT) é um dos seus principais objetivos de política exterior. O presidente já disse que o CTBT é "o prêmio almejado por mais tempo e pelo qual mais se lutou, em toda a história do controle de armamentos." A grande maioria do povo dos Estados Unidos apóia o tratado, como aliás sempre o fez, desde quando o presidente Dwight Eisenhower o propôs mais de 40 anos atrás.

O tratado proíbe todos os testes com explosivos nucleares. Devemos parar e pensar no que isso significa: 152 nações — incluindo os Estados Unidos, o Reino Unido, a França, a Rússia e a China — assinaram um acordo segundo o qual nunca farão, ou nunca tornarão a fazer um teste com um engenho nuclear. Quarenta e um países, incluindo muitos dos nossos aliados, já

ratificaram o tratado. Não devemos permitir que esta oportunidade extraordinária simplesmente passe.

De acordo com os seus próprios termos, o CTBT só pode entrar em vigor quando os Estados Unidos e outras nações-chave designadas o ratificarem. Como o presidente argumentou, se não ratificarmos o documento, comprometeremos os nossos próprios esforços para coibir a continuidade do desenvolvimento de armas nucleares, inclusive no sul da Ásia, onde a Índia e o Paquistão anunciaram sua intenção de participar do CTBT.

O presidente enfatizou, para o público americano, que o tratado atende aos interesses nacionais dos Estados Unidos. Quatro ex-chefes do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas — John Shalikashvili, Colin Powell, William Crowe e David Jones — assim como o atual chefe, Henry Shelton, estão entre os muitos líderes norte-americanos que concordam com isso. Os Estados Unidos já pararam de testar armas nucleares. Os peritos em questões nucleares afirmam que podemos manter uma força de dissuasão segura e confiável sem fazer testes. A pergunta, agora, é se vamos adotar — ou se vamos perder — um tratado que possa ser fiscalizado, e que proíba as outras nações de testar armas nucleares.

O tratado restringirá o desenvolvimento de armas nucleares mais avançadas, por parte das nações que já as possuem — e limitará as possibilidades que outros estados têm de adquiri-las. Ele reforçará a capacidade que as nações têm de detectar e impedir atividades suspeitas por parte de outras nações. Com ou sem um CTBT, devemos monitorar tais atividades. O tratado nos proporciona novas ferramentas para cumprirmos esta missão vital: uma rede global de sensores para complementar os recursos nacionais em termos de inteligência e o direito de solicitar inspeções locais, a serem executadas a curto prazo, em outros países.

Além do CTBT, os Estados Unidos querem progredir rapidamente no que diz respeito a um tratado para proibir a continuidade da produção de materiais físséis. No outono de 1998, pedimos a todos os países que já testaram engenhos nucleares, que adotassem uma moratória voluntária de produção. Os Estados Unidos, o Reino Unido, a França, a Rússia e a China, pararam de produzir materiais físséis. Esperamos que todos esses

países, assim como a Índia e o Paquistão, adotem formalmente esta moratória, enquanto procuramos estabelecer um acordo através da Conferência sobre o Desarmamento [Conference on Disarmament].

Além disso, trabalharemos no sentido de fortalecer outros componentes do regime de não-proliferação nuclear, incluindo as salvaguardas adotadas pela Agência Internacional de Energia Atômica [International Atomic Energy Agency]. E implementaremos a iniciativa que os presidentes Clinton e Yeltsin anunciaram na Rússia em 1998, segundo a qual cada um dos dois países eliminaria, com segurança, 50 toneladas de plutônio das quais os seus programas militares não precisassem mais. Cem toneladas de plutônio seriam o suficiente para fazer, literalmente, milhares de armas nucleares.

Outro forte elemento catalisador para persuadir as nações a abrir mão de armas nucleares seria a continuidade do andamento do processo do START [Tratado de Redução de Armas Estratégicas] (Strategic Arms Reduction Treaty) — o esforço, por parte dos Estados Unidos e da Rússia, para reduzir seus arsenais nucleares. Em uma reunião realizada em junho de 1999 em Colônia, os presidentes Clinton e Yeltsin reafirmaram seu compromisso conjunto de garantir que o START II entrasse em vigor. Esperamos que o parlamento russo ratifique prontamente o START II neste outono, o que será sem dúvida benéfico para a segurança da Rússia, bem como dos Estados Unidos. E durante o encontro subsequente que tiveram em julho em Washington, o então primeiro-ministro Stepashin e o vice-presidente Gore concordaram sobre o início, em agosto, das discussões referentes ao START III e ao Tratado de 1972 Contra os Mísseis Balísticos [1972 Anti-Ballistic Missile (ABM) Treaty] (ABM). Queremos estabelecer um Tratado START III com cortes ainda mais profundos baseados no acordo feito pelos presidentes Clinton e Yeltsin em 1997.

Nosso comprometimento no sentido de fortalecer o regime global de não-proliferação, naturalmente, vai além das armas nucleares. Os Estados Unidos ratificaram a Convenção Sobre Armas Químicas [Chemical Weapons Convention] em 1997. Continuamos a nos esforçar para tornar realidade outra grande prioridade anunciada pelo presidente Clinton no seu discurso do Estado da União em 1998: o

fortalecimento de nossa capacidade de determinar se as nações estão agindo em conformidade com a Convenção sobre Armas Biológicas [Biological Weapons Convention]. Estamos determinados a conseguir, no decorrer do próximo ano, um acordo internacional sobre medidas de declaração e inspeção segundo o qual as nações terão muito mais dificuldades para deixar de cumprir suas obrigações relativas à convenção.

As convenções químicas e biológicas são vitais, não apenas para impedir os estados de adquirir WMD mas também, em conjunto com os órgãos de segurança e de informação, para que se possa manter essas armas fora do alcance dos terroristas. Embora as convenções tenham como principal objetivo as obrigações dos estados, e não dos elementos que não se enquadram na categoria de estado, virtualmente todos os estados na lista de patrocinadores do terrorismo, do nosso Departamento de Estado, possuem programas de WMD. Como fornecedores em potencial de tais armas para terroristas, não há nada mais preocupante do que estes patrocinadores no nível de estado. Em conformidade com um rigoroso regime de não-proliferação, os estados que deixam de obedecer às convenções ficarão isolados, impedidos de obter materiais para a fabricação de armas, e portanto a sua capacidade de auxiliar terroristas nas suas atividades associadas às WMD ficará limitada.

Nosso segundo conjunto de prioridades se concentra nos desafios mais sérios relacionados à questão de proliferação regional.

Com relação ao sul da Ásia, temos insistido para que haja uma resposta internacional para impedir a Índia e o Paquistão de fazer novos testes. O presidente Clinton, a secretária de Estado Albright, o vice-secretário de Estado Strobe Talbott e outros membros do governo, têm se envolvido em intensos esforços na área diplomática para afastar a Índia e o Paquistão do confronto nuclear e da continuidade do aumento de tensões. Continuaremos a estimular o diálogo entre a Índia e o Paquistão que começou de forma tão animadora em Lahore, em fevereiro de 1999. Além disso, faremos tudo para que essas nações do sul da Ásia procurem obter resultados concretos no que se refere às metas de não-proliferação: conformidade com o CTBT, implementação de fortes controles à exportação e

restrições à produção de materiais físsis e ao desenvolvimento e posicionamento de mísseis balísticos.

O trato com a Coréia do Norte é uma questão delicada que requer a dose certa de força de dissuasão, diplomacia e intensos esforços visando a não-proliferação. A Estrutura de Acordo [Agreed Framework], obtida em 1994, fez com que fosse interrompida a produção norte-coreana de material físsil para armas nucleares. A bem-sucedida inspeção da instalação nuclear de Kumchang-ni na Coréia do Norte, na primavera de 1999, representou uma solução para as nossas preocupações sobre a atividade nuclear clandestina nesse local. No entanto, continuamos preocupados com a possibilidade de outro teste de míssil de longo alcance, por parte de Pyongyang. Como disseram o secretário de Defesa Cohen e o ministro Chu, da Defesa da Coréia do Sul, em Seul, no dia 29 de junho de 1999, a Coréia do Norte tem mais a perder do que a ganhar se disparar um novo míssil.

Temos uma agenda cheia e importante, de questões de controle e não-proliferação de armas, a tratar com a China. Continuaremos a insistir para que a China adote o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis [Missile Technology Control Regime], uma providência que, em junho de 1998, a China concordou em analisar seriamente. Nosso diálogo com a China, no que diz respeito à não-proliferação nuclear, tem dado resultados concretos: a China parou completamente de cooperar com instalações nucleares sem medidas de segurança; a China se comprometeu a não se envolver em nenhum novo projeto de cooperação nuclear com o Irã, mesmo que seja para fins pacíficos; promulgou leis nacionais referentes à exportação de materiais nucleares, controlando a exportação de itens de dupla utilidade com aplicações nucleares; e passou a participar do Comitê Zangger [Zangger Committee] (o grupo multilateral que coordena os esforços para controlar as exportações de materiais nucleares).

Estamos trabalhando com a China para concluir novas disposições de verificação para fortalecer a Convenção sobre Armas Biológicas [Biological Weapons Convention]. E gostaríamos que Beijing (Pequim) expandisse a sua cobertura de controle de exportação, englobando todos os precursores químicos relacionados pelo Grupo da Austrália (o órgão multilateral que

coordena as exportações para prevenir a disseminação de armas químicas e biológicas).

No Iraque, manteremos as sanções até que o país honre completamente os seus compromissos em conformidade com as resoluções aplicáveis da Conselho de Segurança da ONU, especialmente as suas obrigações de eliminar inteiramente os seus programas de WMD. Nossa determinação é inabalável: o desarmamento em conformidade com essas resoluções é o único caminho para a suspensão das sanções. Cabe a Saddam Hussein decidir se ele quer que as sanções sejam suspensas, abrindo mão das suas WMD. Enquanto isso, estaremos prontos para agir de forma decisiva - inclusive com o uso da força - se percebermos que o Iraque está reconstruindo a sua infra-estrutura de fabricação de WMD.

No que se refere à Rússia, continuaremos a trabalhar em conjunto com a liderança russa para impedir o progresso de atividades perigosas associadas à proliferação, por parte de entidades russas — especialmente aquelas que possam colaborar com os programas de mísseis e armas nucleares do Irã. Esta questão continua a ter prioridade na nossa pauta de negociações com o governo russo e foi abordada pelo presidente Clinton e pelo vice-presidente Gore em recentes discussões com o presidente Yeltsin e o ex-primeiro-ministro Stepashin.

Continuaremos a trabalhar em conjunto com a Rússia para fortalecer o seu sistema de controle de exportação e para tomar medidas eficazes contra as empresas e os indivíduos que estiverem violando as leis russas e colocando o seu ganho pessoal acima dos interesses nacionais da Rússia. Desenvolvemos incentivos para estimular o comportamento responsável. Estabelecemos, e, em certos casos, aplicamos rigorosas punições contra entidades russas que violam as normas internacionais de não-proliferação.

No final, no entanto, a proteção mais eficaz contra a proliferação a partir da Rússia não é a aplicação de punições pelos Estados Unidos, e sim um sistema russo de controle sobre as exportações que seja criado para funcionar, e que funcione. Somente a Rússia pode policiar as suas próprias fronteiras, fábricas e institutos tecnológicos.

Os progressos recentes sugerem que a nossa estratégia está começando a dar resultado. No decorrer dos dois últimos meses, Moscou fortaleceu os alicerces da política de não-proliferação da Rússia, bem como o sistema de controle de exportações do país. Os órgãos do governo russo receberam ordens de implementar um plano de trabalho criado em cooperação com os Estados Unidos, com o objetivo de tratar de algumas das nossas preocupações mais urgentes na área de não-proliferação. Em julho, o presidente Yeltsin assinou uma rigorosa lei de controle de exportação que atribui responsabilidade criminal e civil às empresas e indivíduos que se envolverem em atividades associadas à proliferação. Finalmente, os russos estão trabalhando em conjunto com peritos dos Estados Unidos, para instalar sistemas de controle eficazes nas empresas russas do ramo aeroespacial. Essas unidades internas de verificação de conformidade, que são comuns em outras nações industrializadas, formarão a primeira linha de defesa e executarão importantes funções de fiscalização para ajudar a impedir que tecnologias sensíveis caiam nas mãos erradas.

Agora que essas ferramentas foram implementadas, estamos encorajando o governo russo para que ele tome medidas visíveis para a aplicação dos controles de exportação da Rússia, e para coibir a ação de elementos que possam violar tais controles. O progresso nessa área, nos meses vindouros, é essencial, e estaremos observando cuidadosamente as atividades dos russos.

Nosso trabalho nessa área também inclui programas que se destinam a tratar da necessidade premente de garantir que os cientistas, cujos conhecimentos e competência são relacionados à WMD, estejam empregados e estejam recebendo seus salários. É por isso que estamos custeando o Centro Internacional de Ciência e Tecnologia [International Science and Technology Center] em Moscou, além de outras iniciativas para ajudar milhares desses cientistas a aplicar suas habilidades profissionais a empreendimentos civis. É por isso que estamos levantando fundos para a Iniciativa das Cidades Nucleares [Nuclear Cities Initiative] para ajudar a Rússia a converter suas instalações de produção de armas nucleares para usos pacíficos.

É também por isso que o presidente Clinton anunciou a Iniciativa Ampliada de Redução de Ameaças

[Expanded Threat Reduction Initiative] (ETRI) em janeiro de 1999. Em conformidade com essa iniciativa, estamos procurando expandir os programas de redução de ameaças, que têm tido sucesso na eliminação de centenas de mísseis, silos, lançadores e bombardeiros, e na retenção de materiais perigosos, apropriados para a fabricação de armas nucleares. A ETRI nos permitiria continuar trabalhando em conjunto com a Rússia, para reter e descartar materiais perigosos, converter recursos associados às WMD para usos pacíficos, tornar os controles de exportação mais rígidos e ajudar a garantir que os cientistas russos estejam executando trabalhos que não envolvam, de forma alguma, atividades associadas à proliferação. Pedimos ao nosso Congresso que dê todo o seu apoio à ETRI.

Para o nosso terceiro conjunto de prioridades, partimos da premissa de que apesar dos nossos esforços para fortalecer o regime internacional e tratar das questões regionais, não podemos prevenir todas as formas de proliferação em todos os casos. As armas de destruição em massa já estão distribuídas pelo mundo, nas mãos de agentes perigosos. Portanto, devemos dedicar recursos suficientes para desenvolver nossa infraestrutura de defesa, para proteger as pessoas no caso de tais armas serem usadas.

Para lidar com a disseminação da tecnologia de mísseis balísticos em regiões-chave, demos maior ênfase aos nossos programas de Defesa de Teatros Contra Mísseis [Theater Missile Defense] incluindo programas com Israel e o Japão. E em 2000, determinaremos se vamos evoluir da pesquisa para o posicionamento de uma Defesa Nacional Contra [National Missile Defense] (NMD), limitada, para fazer frente à ameaça emergente de mísseis balísticos das nações não confiáveis. Tomaremos nossa decisão após examinarmos os resultados dos esforços de desenvolvimento, considerando as estimativas de custos, e avaliando a ameaça. Além disso, avaliaremos o progresso no atingimento dos nossos objetivos de controle de armamentos, o que inclui a negociação de quaisquer emendas ao Tratado ABM que possam se fazer necessárias para permitir um possível posicionamento de NMD.

Estamos também fortalecendo os esforços no sentido de proteger as pessoas contra a ameaça do uso terrorista de WMD. Iniciamos um grande programa sob as ordens do nosso Coordenador Nacional de Segurança, Proteção da Infra-Estrutura e Ações Contra o Terrorismo [National Coordinator for Security, Infrastructure Protection, and Counterterrorism]. Criamos um Escritório Nacional de Preparação Doméstica [National Domestic Preparedness Office] para treinar e equipar pessoal do corpo de bombeiros, polícia e serviços de atendimento médico, em todo o país, para lidar com emergências químicas, biológicas ou nucleares. Estamos trabalhando para aperfeiçoar o nosso sistema de vigilância de saúde pública — de modo que se uma arma biológica for lançada, possamos detectá-la e salvar vidas. Como o presidente Clinton já disse, se nós nos prepararmos para nos defender contra essas ameaças emergentes, mostraremos que os terroristas que atacam pessoas inocentes "só conseguirão a sua própria derrota."

Todos esses esforços — o fortalecimento do regime de não-proliferação, o trato da questão das ameaças regionais e o reforço das defesas — são essenciais. E os Estados Unidos continuarão a trabalhar com determinação em cada uma dessas frentes.

Como a contínua ênfase do presidente Clinton nessas questões — em contatos com os líderes mundiais, em reuniões com especialistas, na elaboração de políticas com a sua equipe de segurança nacional e em discursos para o público — deixa claro, os Estados Unidos continuarão a adotar uma abordagem vigilante e determinada contra a disseminação das armas de destruição em massa. É essencial para a segurança global — agora e para as futuras gerações — que nós o façamos. ●

A PROLIFERAÇÃO DAS ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA: DESAFIOS E REAÇÕES

John D. Holum



O desafio apresentado pela proliferação das armas de destruição em massa é grande, mas a comunidade internacional está "firmemente determinada a contê-lo," Holum diz, "Uma estratégia de não-proliferação forte e abrangente continuará a ser um dos pilares da política externa dos Estados Unidos no momento em que trabalhamos em prol dos interesses da América e da segurança global, agora e no próximo século." Holum é o assessor sênior da secretária de Estado para questões de controle de armamento e segurança internacional.

INTRODUÇÃO

As tendências atuais na área de proliferação de armas de destruição em massa (WMD) e mísseis são mistas. Os últimos dois anos trouxeram alguns dos mais difíceis desafios que a comunidade de não-proliferação já enfrentou. No entanto, esses mesmos desafios proporcionam oportunidades de intensificar a conscientização de que tais ameaças são reais e que requerem atenção constante e de alto nível.

A rede entrelaçada de tratados, regimes e iniciativas multilaterais para tratar e reconsiderar os problemas de proliferação está se fechando cada vez mais. Os proliferadores atuais e potenciais estão se deparando com forte oposição em todas as áreas. De sua parte, os Estados Unidos empregam uma variedade de ferramentas nos seus esforços para impedir a disseminação das WMD e de mísseis, incluindo regimes globais fortalecidos, diplomacia, sanções e segurança regional reforçada. A maioria dos demais países adotam valores similares quanto à não-proliferação e estão agindo com energia no cumprimento de suas próprias determinações.

A NATUREZA DA AMEAÇA

A ameaça da proliferação das WMD não é um novo fenômeno. As preocupações com relação às WMD existem pelo menos desde 1925, quando o Protocolo de Genebra foi negociado para reagir ao uso de gás venenoso durante a Primeira Guerra Mundial. Com o

passar do tempo, a ameaça à segurança internacional imposta pelas WMD tem aumentado incessantemente. Eventos recentes ilustram o impacto do terror e os efeitos desestabilizantes de tais armas: o uso de armas químicas na guerra Irã-Iraque; o ataque com gás sarin no metrô de Tóquio; os ataques com mísseis SCUD iraquianos durante a Guerra do Golfo; os testes de mísseis norte-coreanos e iranianos; e os testes de armas nucleares e mísseis conduzidos pela Índia e pelo Paquistão. Esses e outros atos representam perigos imediatos para os aliados dos Estados Unidos, para as tropas americanas no exterior e para os civis em casa.

Os estados procuram adquirir WMD por uma série de razões. Para alguns, elas representam prestígio e poder. Em um mundo onde a tecnologia civil está se tornando muito mais útil e respeitada, alguns estados ainda consideram as WMD uma forma de demonstrar poderio tecnológico e obter status internacional. Alguns estados procuram WMD para lidar com ameaças regionais percebidas e para conseguir uma posição vantajosa em futuros conflitos, percebendo, tarde demais, que o resultado mais provável é uma corrida armamentista na região e o isolamento internacional. As armas químicas e biológicas [chemical and biological weapons] (CBW) às vezes são chamadas de "armas nucleares de pobre," e os estados que não conseguem obter armas nucleares têm desenvolvido programas de CBW como a "segunda melhor opção".

Esses são raciocínios falhos e perigosos que ignoram o impacto enormemente desestabilizante das WMD e

mísseis sobre a segurança regional e global. Os poucos que estão procurando obter a capacidade de produzir WMD contrariam o sentimento virtualmente global contra a proliferação de WMD. Essa oposição global se manifesta através do Tratado de Não-Proliferação Nuclear [Non-Proliferation Treaty] (NPT), da Convenção sobre Armas Químicas [Chemical Weapons Convention] (CWC) e da Convenção sobre Armas Biológicas [Biological Weapons Convention] (BWC) — tratados que representam barreiras críticas para a proliferação e que devem ser mantidos e fortalecidos.

Um corolário do aspecto de aquisição e procura de WMD é o aspecto da oferta. Apesar do crescente reconhecimento internacional de que a proliferação de WMD e mísseis é destabilizante, alguns estados continuam vendendo mísseis, tecnologia nuclear e outros componentes relacionados às WMD para proliferadores atuais ou potenciais. Geralmente, sua motivação é puramente econômica — a moeda forte nas vendas é um atrativo forte, e infelizmente, muitas vezes é irresistível.

Uma realidade indiscutível é que alguns dos cenários mais aterrorizantes criados em função da proliferação de WMD não envolvem estados, e sim terroristas e outros participantes que não se enquadram na categoria de estado. Obter e posicionar WMD que causem um impacto devastador — especialmente armas biológicas — continua sendo fácil demais para aqueles que possuem dinheiro suficiente e que são moralmente corrompidos. Os esforços internacionais para detectar e coibir tais ações estão sendo constantemente postos à prova pelo progresso nas tecnologias que dificultam a detecção e pela relativa facilidade com que certas WMD podem ser desenvolvidas, ocultadas e transportadas.

DESAFIOS DA PROLIFERAÇÃO

Embora o comprometimento global em relação à não-proliferação e aos esforços a ela relacionada continuem firmes, estima-se que mais de duas dúzias de países podem ter ou podem estar tentando adquirir a capacidade de usar WMD. A seguir apresentamos alguns dos mais atuais e significativos desafios de proliferação que estão sendo enfrentados pela comunidade internacional.

A. Armas Nucleares

O programa de armas nucleares do Iraque foi descoberto após a Guerra do Golfo. Durante seis anos, a Comissão Especial da ONU [UN Special Commission] (UNSCOM) trabalhou arduamente para determinar a extensão desse programa e para desativá-lo. Embora a UNSCOM tenha destruído virtualmente todas as instalações e equipamentos do Iraque, o Iraque continua a esconder documentação e alguns equipamentos associados aos principais aspectos das suas atividades nucleares no passado. Além disso, o governo do Iraque ainda precisa demonstrar que já não tem mais nenhuma ambição quanto às armas nucleares.

O programa de armas nucleares da Coreia do Norte foi revelado em 1994 depois que os inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica [International Atomic Energy Agency] (IAEA) encontraram discrepâncias nas informações sobre o combustível gasto, fornecidas pela DPRK [República Popular Democrática da Coreia] (Democratic People's Republic of Korea). A Coreia do Norte concordou, no contexto de uma Estrutura de Acordo [Agreed Framework] bilateral, em trabalhar em conjunto com os Estados Unidos, tendo como objetivo o cumprimento total das suas obrigações referentes à não-proliferação nuclear. No entanto, atrasos na implementação da Estrutura de Acordo, e o surgimento de outras preocupações, referentes à proliferação, com a DPRK, fazem com que fique difícil prever quando o objetivo final com a DPRK será atingido.

O Irã, que é signatário do NPT, continua apresentando uma tendência à aquisição de tecnologias nucleares e equipamentos que nada têm a ver com um programa nuclear civil; além disso, o país está tentando adquirir a capacidade de usar armas nucleares, usando o disfarce de um ciclo completo de combustível nuclear.

Em maio de 1998, primeiro a Índia, e depois o Paquistão, desafiou as normas globais de não-proliferação, testando armas nucleares. A Índia e o Paquistão estão dando continuidade aos seus esforços de fazer, por vários meios, com que a sua capacidade de desenvolver e usar armas nucleares evolua.

B. Armas Químicas (CW)

Após o fim da Guerra do Golfo, o Iraque reconstruiu partes importantes da sua infra-estrutura de fabricação de produtos químicos para uso industrial e comercial. Em 1998, a UNSCOM descobriu que o Iraque havia transformado o agente de nervos VX em arma, o que confirmava as suspeitas de que o Iraque possuía a capacidade de desenvolver armas químicas. O Irã, país membro da CWC, fabricou e estocou vários tipos de armas químicas e está dando continuidade aos seus esforços para adquirir equipamentos e materiais projetados para a manutenção de uma infra-estrutura mais avançada e auto-suficiente de CW.

A Síria mantém, em funcionamento, um programa de armas químicas e possui estoques de vários agentes de nervos, mas ainda depende de fornecedores estrangeiros para a obtenção de elementos-chave do seu programa de CW. A Líbia deseja adquirir a capacidade de desenvolver CW e uma capacidade própria de produção de CW, mas ainda depende muito de fornecedores externos para obter elementos químicos precursores e outros equipamentos-chave relacionados às CW. O Sudão também vem desenvolvendo a capacidade de produzir CW.

C. Armas Biológicas (BW)

O Iraque já admitiu que possui, em funcionamento, um extenso programa de BW, mas até agora não revelou até que ponto chegaram os seus esforços para o desenvolvimento de BW, o que indica que Bagdá, quase com certeza, pretende reconstituir a sua capacidade quando as circunstâncias o permitirem. O Irã deu início a um programa de guerra biológica durante a guerra Irã-Iraque e talvez tenha um estoque limitado de BW.

D. Mísseis

A DPRK é o mais ativo proliferador de mísseis. O país está desenvolvendo mísseis de alcance cada vez mais longo — mísseis que podem até ser capazes de atingir partes dos Estados Unidos. A Coreia do Norte também está ativamente envolvida com a exportação de mísseis e infra-estrutura de produção de mísseis para o Egito, o Irã, o Paquistão e a Síria. É provável que o Iraque

possua alguns mísseis do tipo SCUD e seus lançadores, e está desenvolvendo dois mísseis que poderiam ser convertidos em mísseis de maior alcance a partir do momento em que as sanções da ONU forem suspensas.

O Irã possui um programa de mísseis com um alto nível de atividade, construindo SCUDs com a ajuda da Coreia do Norte, desenvolvendo o míssil balístico de alcance médio Shahab-3, baseado no míssil No-Dong, e procurando adquirir sistemas de capacidade ainda maior. A Índia e o Paquistão estão desenvolvendo mísseis balísticos de curto e médio alcance (no caso do Paquistão, com muita ajuda da China e da DPRK). A Líbia continua tentando obter mísseis e tecnologia de mísseis para complementar os seus SCUDs, fornecidos pelos soviéticos, e a Síria está construindo SCUDs projetados na Coreia do Norte.

ENFRENTANDO OS DESAFIOS DA PROLIFERAÇÃO

Os esforços de não-proliferação dos Estados Unidos e de outras nações envolvem vários elementos complementares que, em conjunto, provocam um atraso nos esforços dos proliferadores, diminuem o número de opções à sua disposição e direcionam e confinam a ameaça em potencial.

Fortalecendo os Regimes: O governo dos Estados Unidos trabalha arduamente para fortalecer as normas globais contra a proliferação, que são críticas para a criação da confiança de que outros governos necessitam para abrir mão de tais opções para si mesmos. Conseguir a entrada em vigor do Tratado Abrangente de Proibição de Testes [Comprehensive Test Ban Treaty] (CTBT), fortalecer a BWC, negociar um Tratado de Corte de Material Físsil [Fissile Material Cutoff Treaty], fortalecer as salvaguardas da IAEA, e fortalecer a Convenção de Proteção Física Nuclear [Nuclear Physical Protection Convention] são algumas das principais iniciativas em que os Estados Unidos estão envolvidos para fortalecer ainda mais o regime de não-proliferação global. Essas iniciativas complementarão os acordos e tratados existentes como o NPT e a CWC, bem como os regimes informais de não-proliferação, como por exemplo o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis [Missile Technology Control Regime] (MTCR), o Grupo da Austrália [Austrália Group]

(AG), e o Grupo de Fornecedores Nucleares [Nuclear Suppliers Group] (NSG).

As normas estabelecidas por esses acordos têm feito e continuarão a fazer uma importante diferença para o sucesso ou o fracasso da nossa estratégia de não-proliferação. A conformidade com os acordos pode prevenir comportamentos problemáticos, criando restrições de caráter legal, justificando sanções, ou esgotando fontes de suprimento.

A diplomacia é uma parte essencial dos esforços de não-proliferação, especialmente quando se está lidando com as etapas iniciais de uma ameaça de proliferação. As atividades dos Estados Unidos no campo diplomático variam de comunicações diplomáticas discretas porém preocupadas, até um diálogo bilateral constante, e envolvimento direto dos mais altos escalões do governo dos Estados Unidos. Os Estados Unidos esperam que os governos de outros países adotem procedimentos diplomáticos similares para assegurar a conformidade com as normas de não-proliferação mutuamente aceitas.

No caso da Coreia do Norte, os Estados Unidos encorajam a DPRK a adotar um comportamento responsável no que se refere à não-proliferação, a cumprir a Estrutura do Acordo sobre as questões nucleares, a coibir os seus programas de mísseis de origem local e a se abster de exportar mísseis. Com a Rússia e a China, os Estados Unidos têm um diálogo contínuo e de alto nível para pressionar ambas as nações, com firmeza, para que elas parem de cooperar com ou fornecer materiais para os países que causam preocupação quanto à questão da proliferação. Depois dos testes nucleares da Índia e do Paquistão, os Estados Unidos iniciaram conversações bilaterais de alto nível com ambos os governos, com o objetivo de ratificar o CTBT, acabar com a produção de materiais fisséis, adotar controles abrangentes de exportação e implementar restrições aos seus programas nucleares e de mísseis. Os Estados Unidos também procuram desenvolver uma conscientização internacional das questões de proliferação, manifestando-se de forma ativa nas Nações Unidas e em outros organismos internacionais onde essas questões são tratadas.

Sanções e Outras Formas de Persuasão: Nos casos em que a diplomacia e o diálogo não são uma opção, ou

para complementar os esforços na área diplomática, os Estados Unidos, freqüentemente em conjunto com outros países, empregam sanções e identificam, de algum modo, formas negativas e positivas de persuasão para alterar os comportamentos problemáticos dos países. Este é o caso com as ameaças de proliferação no Iraque, na Líbia e no Sudão. As sanções freqüentemente são alvo de críticas, mas a experiência tem seguidamente demonstrando que elas são uma ferramenta eficiente e que têm tido um papel preponderante no sentido de permitir que os Estados Unidos e outras nações deixem claro que a proliferação tem os seus custos — políticos e econômicos.

Fortalecimento da Segurança Regional:

Reconhecendo que os países podem ser motivados a procurar WMD devido às percepções de desequilíbrio na segurança regional, os Estados Unidos participam ativamente em uma variedade de iniciativas de segurança regional no Oriente Médio, na América Latina, na África e na Ásia. A combinação do diálogo com a cooperação e implementação de medidas adicionais para realçar a confiança e a segurança entre os estados regionais pode reduzir ainda mais os incentivos que os países têm para adquirir WMD ou mísseis.

Defesa e Medidas de Dissuasão: Reconhecendo que nem sempre os melhores esforços para prevenir a proliferação serão bem sucedidos, os Estados Unidos também têm, em andamento, uma abrangente estratégia antiproliferação, que tem como foco principal garantir que as tropas americanas no exterior, e outros interesses da segurança nacional dos Estados Unidos, estejam protegidos se os esforços para a não-proliferação não forem inteiramente bem sucedidos. O planejamento defensivo é crítico e pode, por si só, impedir que os estados tomem medidas indesejáveis. Dependendo das circunstâncias, medidas de reação à força e medidas de prevenção podem ser respostas apropriadas. A meio caminho entre essas ações ficam as medidas ativas de defesa; entre estas, a que mais se destaca no momento é um sistema nacional de defesa contra mísseis.

CONCLUSÃO

Embora a proliferação de WMD represente um desafio significativo para os Estados Unidos, o desafio está

sendo enfrentado. Nossa estratégia de não-proliferação continuará a combinar esforços para reduzir os incentivos à aquisição de WMD, convencer os fornecedores de que as ameaças advindas da proliferação superam, de forma dramática, os benefícios econômicos, e lembrar os proliferadores que suas ações têm um alto custo. A chave continua sendo a identificação das ameaças de proliferação no início, antes que contramedidas caras se façam necessárias, a manutenção do foco na redução de programas de WMD e mísseis a zero e o controle do acesso às tecnologias-chave. Surgirão circunstâncias nas quais os esforços de não-proliferação não serão bem sucedidos, e nesses casos medidas ativas contra a proliferação, e medidas de defesa, precisam ser tomadas.

As pessoas que trabalham no sentido de tratar dos desafios da proliferação reconhecem que a tarefa pode ser assustadora e que os esforços para prevenir a proliferação são mais importantes agora do que em qualquer época no passado, e também mais difíceis. O desafio é grande, mas a comunidade internacional está cada vez mais atenta à ameaça e está definitivamente determinada a enfrentá-la. Uma estratégia de não-proliferação forte e abrangente continuará a ser um dos pilares da política externa dos Estados Unidos, no momento em que trabalhamos em prol dos interesses da América e da segurança global, agora e no próximo século. ©

UTILIZAÇÃO E PROLIFERAÇÃO DE ARMAS LEVES: ESTRATÉGIAS PARA UM DILEMA GLOBAL

Eric David Newsom



A proliferação de armas leves é um sintoma do número crescente de conflitos internos. Trata-se de "um problema que não pode ser resolvido por meio de soluções simples ou rápidas; teremos que conviver com ele por muito tempo," diz Newsom, assistente da secretária de estado para assuntos políticos e militares. "Os Estados Unidos e a comunidade internacional precisam, portanto, tratar das causas-raízes dos conflitos internos e, ao mesmo tempo, tentar restringir a oferta dessas armas e conter a devastação que elas causam."

Embora a maioria dos esforços para o controle de armas se concentrem nas armas de destruição em massa (WMD) e armas convencionais pesadas, as armas de pequeno porte e as armas leves, projetadas para uso militar, são responsáveis pela maioria das mortes e ferimentos, especialmente de civis, nos conflitos internos, cada vez mais numerosos, que têm ocorrido após o fim da Guerra Fria. Essas armas incluem fuzis automáticos, metralhadoras leves e pesadas, granadas lançadas por foguetes e morteiros e mísseis portáteis, que podem ser carregados por uma única pessoa.

As armas leves e de pequeno porte ceifam milhares de vidas e deslocam milhares de pessoas todos os anos, principalmente na África sub-saariana. As armas de pequeno porte foram as únicas armas usadas em 46 dos 49 conflitos regionais que ocorreram desde 1990. Angola, a República Democrática do Congo, Serra Leoa e a Região dos Grandes Lagos, na África, apresentam provas entristecedoras da facilidade com que essas armas podem ser obtidas em grandes quantidades, as terríveis conseqüências disso. Embora a África seja o continente mais atingido por este problema, na América Latina, em grandes partes da Ásia e nos Bálcãs, as armas de pequeno porte têm agravado e prolongado conflitos, comprometido acordos de paz e complicado os esforços para o estabelecimento da paz; além disso, elas têm contribuído para a instabilidade regional, facilitado o crime, e finalmente, prejudicado o desenvolvimento econômico e político.

Ninguém sabe quantas dessas armas se encontram em circulação atualmente, no mundo inteiro. As

estimativas chegam a 500 milhões. Armas de pequeno porte são difíceis de contar, em parte porque são fáceis de ocultar e transportar, mas também devido à sua grande durabilidade. Muitas das armas encontradas na África, por exemplo, são contemporâneas das duas guerras mundiais. Além disso, as armas de pequeno porte são baratas. Em algumas partes da África, um AK-47 pode ser comprado por apenas seis dólares, ou trocado por uma galinha ou um bode. Como essas armas são fáceis de usar, fabricar, transportar, ocultar e manter, o simples fato de compreender a magnitude do problema, isso sem falar de encontrar soluções, é um grande desafio.

Além disso, as origens das armas de pequeno porte são diversas. Muitos países não possuem sistemas adequados de controle de exportação ou restrições quanto aos usuários finais; até mesmo aqueles que possuem sistemas respeitáveis de controle precisam enfrentar os esforços e a determinação de funcionários públicos corruptos, e outras pessoas que estão dispostas a desviar armas vendidas legalmente para fins ilegais. Além disso, os contrabandistas e os fornecedores clandestinos continuam tendo acesso a estoques antigos e carregamentos excedentes de guerras civis e internacionais. O excesso de capacidade de produção de armas de pequeno porte e munição nos países desenvolvidos, e a produção doméstica nas zonas de conflito, especialmente na África, também contribuem para a proliferação.

Os governos no mundo inteiro estão cada vez mais cientes da ordem de grandeza do problema das armas de pequeno porte e da necessidade urgente de

desenvolver políticas para combatê-lo. Os Estados Unidos assumiram a liderança nessa questão. A secretária de Estado Albright proferiu três discursos sobre armas de pequeno porte — em setembro e em novembro de 1998, e mais recentemente, no dia 13 de julho, durante um evento da NAACP (Sociedade Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor) [National Association for the Advancement of Colored People]. As iniciativas dos Estados Unidos incluem a ampliação das "melhores práticas" da nação, como a adoção de regulamentos-modelo a respeito do comércio legal, preparados pela Organização dos Estados Americanos (OEA), e de trabalhos por meio de outras organizações, no sentido de encorajar os países a tratar as violações dos embargos da ONU como crimes, instituir rigorosos controles sobre usuários finais e agentes no comércio de armas, promover maior transparência, trocando informações sobre transferências e violações e coibir as transferências de armas para terceiros.

No nível global, há várias iniciativas em andamento. O assunto das armas de pequeno porte vem ocupando, há vários anos, uma posição de destaque na pauta da Assembléia Geral da ONU. Entre outros resultados, isso levou à criação do Grupo de Especialistas Governamentais em Armas de Pequeno Porte [Group of Governmental Experts on Small Arms]. O relatório do grupo à 54.^a Assembléia Geral servirá de base para uma conferência internacional sobre o "Comércio Ilegal de Armas Sob Todos os Aspectos" [Illicit Trade of Arms in All Its Aspects], que deverá ser realizada, o mais tardar, em 2001. Essa conferência será usada para atrair a atenção internacional, para traçar um plano de ação global para tratar do problema e para atingir outros objetivos.

A política dos Estados Unidos tem como objetivo conseguir um acordo até o próximo ano, sobre um Protocolo a Respeito do Tráfico Ilegal de Armas de Fogo e Munição [Protocol on Illicit Firearms and Ammunition Trafficking] para a Convenção Transnacional da ONU Sobre o Crime Organizado [UN Transnational Organized Crime Convention]. Este protocolo utiliza, como modelo, a Convenção Interamericana Contra o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munição e Outros Materiais Relacionados [InterAmerican Convention Against the Illicit Trafficking in Firearms, Ammunition, and Other

Related Materials], criada pela OEA. Sete países membros da OEA ratificaram a convenção (México, Belize, Bahamas, Bolívia, El Salvador, Peru e Equador), e somente quatro membros da OEA ainda não assinaram o documento. Em junho de 1998, o presidente apresentou a convenção ao Senado dos Estados Unidos, para seu parecer e aprovação.

Além da OEA, muitas outras organizações regionais e internacionais têm levantado a questão de uma forma ou de outra. Iniciativas importantes no nível regional incluem a moratória, da Comunidade Econômica de Estados da África Ocidental [Economic Community of West African States] (ECOWAS), para a importação, exportação e fabricação de armas leves e de pequeno porte, e esforços da Organização Para a Segurança e Cooperação na Europa [Organization for Security and Cooperation in Europe] (OSCE), do Conselho Para a Parceria Euro-Atlântica da OTAN [Euro-Atlantic Partnership Council] (EAPC), do Fórum Regional da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste da Ásia) [Association of Southeast Asian Nations] Regional Forum (ARF) e da Comunidade Para o Desenvolvimento do Sul da África [Southern African Development Community] (SADC). Esses esforços incluem o estabelecimento de estruturas legais e de aplicação da lei, o treinamento na área de controle de exportação e alfândega, iniciativas para desestimular as atitudes irresponsáveis nas exportações e maior segurança no controle dos estoques.

A União Européia desenvolveu um Código de Conduta [Code of Conduct] para transferências de armas, um Programa para a Prevenção e Combate ao Tráfico Ilícito de Armas Convencionais [Program for Preventing and Combating Illicit Trafficking in Conventional Arms] e uma Ação Conjunta Sobre Armas de Pequeno Porte [Joint Action on Small Arms]. O Grupo dos Oito e o Acordo de Wassenaar [Wassenaar Arrangement] também estão tratando de aspectos dessa questão. Os Estados Unidos, particularmente, estão trabalhando no contexto de Wassenaar para concluir um acordo até o ano 2000 para controlar os mísseis que são disparados do ombro do usuário.

Além disso, os Estados Unidos têm grande interesse em promover a destruição dos estoques excedentes de armas, especialmente em áreas de conflito ou em áreas que, no passado, estiveram envolvidas em conflitos. Em

muitos países, os estoques, freqüentemente, são roubados para serem usados por gangues criminosas locais, paramilitares ou insurgentes, ou vendidos para uso em zonas de conflito. As medidas para proteger os estoques ativos e destruir as armas excedentes, são baratas; freqüentemente o seu custo é de alguns centavos por arma, no caso de grandes estoques; tais iniciativas trariam grandes resultados, diminuindo a criminalidade e a insegurança, reduzindo a ameaça ao desenvolvimento e permitindo a reconstrução das sociedades que estão tentando se recuperar de guerras civis e conflitos étnicos. Considerando as grandes quantidades dessas armas, até que os estoques sejam reduzidos, nossas tentativas de controlar transferências internacionais terão poucos resultados nas áreas em que os civis estão sofrendo com mais intensidade, devido ao impacto adverso dessas armas.

De modo geral, a proliferação de armas leves é um dos muitos sintomas do grande número de conflitos internos que surgiram após o fim da Guerra Fria. A proliferação e o uso de tais armas nesses conflitos é um problema que não pode ser resolvido por meio de soluções simples ou rápidas; teremos que conviver com ele por muito tempo. Os Estados Unidos e a comunidade internacional precisam, portanto, tratar das causas-raiz dos conflitos internos e, ao mesmo tempo, tentar restringir a oferta dessas armas e conter a devastação que elas causam. Para isso, teremos que integrar a questão das armas de pequeno porte ao contexto das nossas relações diplomáticas, que é o que ocorre no momento com a democracia e os direitos humanos. Sem uma atenção contínua e criativa a ambos os aspectos dos conflitos internos, muitos dos outros problemas que nos esforçamos para amenizar se tornarão mais graves. ©

UM MUNDO SEM MINAS TERRESTRES ATÉ 2010 NÃO É APENAS UM SONHO

Embaixador Donald K. Steinberg e Laurie B. Zimmerman



Os Estados Unidos estão envolvidos em um esforço conjunto para eliminar a ameaça imposta pelas minas terrestres aos civis no mundo inteiro, até o final da próxima década, dizem Steinberg e Zimmerman. Os autores deste artigo acreditam que os Estados Unidos podem atingir o seu objetivo "trabalhando em conjunto com governos, organizações internacionais e cidadãos comuns, no mundo inteiro." Steinberg, ex-embaixador dos Estados Unidos em Angola, é o representante especial do presidente e da secretária de Estado para a remoção humanitária de minas. Zimmerman é uma pesquisadora Harold W. Rosenthal Fellow, que está trabalhando no escritório presidencial para remoção humanitária de minas em nível global; atualmente ela está terminando os seus estudos de pós-graduação no Monterey Institute of International Studies.

Ninguém que já viveu em um país infestado de minas terrestres pode permanecer imune ao terror causado por essas armas. Em Angola, país devastado pela guerra, por exemplo, presencia-se diariamente a tragédia causada pelos milhões de minas terrestres instaladas por uma dúzia de exércitos separados no decorrer de três décadas de conflitos. Em todo o país, há aproximadamente 80.000 pessoas com membros amputados devido a acidentes com minas, centenas de milhares de pessoas deslocadas, forçadas a abandonar seus lares e terras férteis, e milhões de pessoas sofrendo os efeitos econômicos e psicológicos adversos.

No mundo inteiro, do Afeganistão ao Zimbábue, do Camboja ao Kosovo, as 70 milhões de minas instaladas em aproximadamente 70 países impõem uma ameaça não apenas aos indivíduos — 300,000 dos quais já sofreram acidentes com minas terrestres — mas também à estabilidade política, econômica e social nos países afetados pelas minas. As minas terrestres constituem um obstáculo para a paz e para a democracia; elas impedem os refugiados de voltar para os seus lares após os conflitos; e prejudicam a transição da ajuda para a recuperação e o desenvolvimento.

Nosso governo está firmemente decidido a por um fim à crise humanitária representada pelas minas terrestres. O objetivo da "Iniciativa de Remoção de Minas Até 2010" [Demining 2010 Initiative], do presidente

Clinton, é eliminar a ameaça das minas terrestres para os civis no mundo inteiro até o fim da próxima década.

Estamos tomando medidas-chave para o atingimento desse objetivo. Nosso governo está financiando programas em aproximadamente 28 países que possuem grandes quantidades de minas em seu território, para erradicar os seus piores campos minados, proporcionando equipamentos, apoio financeiro e treinamento para os especialistas em remoção de minas. Na verdade, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos já treinou aproximadamente 3.000 especialistas em remoção humanitária de minas no mundo inteiro, aproximadamente um terço do número total. Estamos trabalhando com o UNICEF (Fundo das Nações Unidas Para Crianças) e outras organizações, na elaboração de programas para a conscientização a respeito das minas, para ajudar as crianças e seus pais a identificar e evitar essas armas. Estamos conduzindo extensas pesquisas para desenvolver novas tecnologias de remoção de minas. Com recursos do Fundo Leahy Para as Vítimas de Guerra [Leahy War Victims Fund], da USAID (Agência Norte-Americana Para o Desenvolvimento Internacional) [U.S. Agency for International Development], estamos custeando o trabalho de grupos privados para prestar assistência aos sobreviventes de acidentes com minas, com próteses, reabilitação e programas de reintegração social.

Resumindo, gastamos 250 milhões de dólares nesses programas e em programas similares nos últimos cinco anos, e estamos expandindo nossos esforços; o valor previsto para 1999 supera a cifra dos 100 milhões de dólares.

Apesar de se tratar de um enorme desafio, a situação, no que se refere às minas terrestres, não é tão desesperadora quando às vezes parece ser. Trabalhando com as Nações Unidas e outros doadores estrangeiros, o Camboja, por exemplo, diminuiu a sua taxa de acidentes com minas terrestres em 90 por cento desde 1992. No Afeganistão, dezenas de milhares de hectares de terras aráveis, que anteriormente estavam minados, já estão sendo cultivados novamente. Em Moçambique, 6.400 quilômetros de estradas estão livres de minas, permitindo que milhares de pessoas deslocadas retornem aos seus lares. Além disso, temos notícias animadoras do Laos, Namíbia, Ruanda e de outros países.

Para criar outras histórias de sucesso, estamos trabalhando com as Nações Unidas, incluindo o Serviço de Ação Contra Minas da ONU [UN Mine Action Service], o Programa de Desenvolvimento da ONU [UN Development Program] e o UNICEF; organizações não-governamentais (ONGs); outros doadores estrangeiros; e, acima de tudo, estamos trabalhando com os próprios países afetados pelas minas. Cidadãos americanos também estão fazendo a sua parte, reunindo seus talentos criativos e recursos e estabelecendo parcerias com grande inventividade.

Além disso, os melhores talentos científicos nos Estados Unidos e no mundo estão trabalhando para encontrar melhores técnicas para a detecção e remoção de minas. O Laboratório de Visão Noturna do Departamento de Defesa [Defense Department's Night Vision Laboratory], a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada Para a Defesa [Defense Advanced Research Projects Agency] e 15 universidades em todo o país estão pesquisando tecnologias promissoras, freqüentemente aplicando tecnologias da era espacial como aquelas usadas para detectar vida em Marte, para a proteção da vida na Terra.

Infelizmente esses esforços às vezes são obscurecidos pelo fato de que os Estados Unidos não assinaram a Convenção de Ottawa. O nosso governo apóia o

comprometimento em nível global para eliminar a crise humanitária causada pelas minas terrestres antipessoais [anti-personnel landmines] (APLs), mas nós não assinamos a Convenção de Ottawa por causa da preocupação do presidente com a segurança dos nossos homens e mulheres nas forças armadas, e por causa das nossas exclusivas responsabilidades no mundo inteiro, no apoio que prestamos aos nossos amigos e aliados, incluindo a defesa da Coreia do Sul.

No decorrer de negociações a respeito da convenção, tentamos implementar duas modificações que tornariam possível a nossa assinatura. Primeiro, procuramos instituir um período adequado de transição que nos desse tempo para identificar e implementar alternativas para as APL, necessárias para proteger as tropas dos Estados Unidos. Segundo, procuramos incluir uma disposição que permitisse a continuidade do uso dos nossos sistemas mistos antitanque, autodestrutivos e de autodesativação, que são classificados como APL segundo a convenção, mas que não contribuem, de nenhuma forma, para ampliar a crise humanitária. Infelizmente, essas modificações não foram aceitas.

Mesmo assim, os Estados Unidos assinarão a convenção até 2006, se conseguirmos identificar e posicionar alternativas apropriadas para as nossas APL e para os nossos sistemas mistos antitanque, até então. Embora não possamos garantir que esse objetivo será atingido até 2006, estamos nos esforçando para encontrar essas alternativas.

Enquanto isso, já destruímos 3,3 milhões de APLs. Deixaremos de usar todas as APLs fora da República da Coreia até 2003. Em 1997, o presidente proibiu, permanentemente, a exportação ou a transferência de APLs, e estamos tentando universalizar tal proibição na Conferência multilateral sobre o Desarmamento em Genebra [Conference on Disarmament]. Ficamos satisfeitos em saber que o Senado, recentemente, ratificou o Protocolo Sobre Minas [Mines Protocol], modificado, da Convenção Sobre Armas Convencionais [Convention on Conventional Weapons], que contém restrições-chave sobre o uso de minas terrestres e que conseguiu a aceitação de importantes países que produzem e exportam APLs, e que não assinaram a Convenção de Ottawa.

Em conjunto com os nossos esforços para a remoção humanitária de minas, essas providências representam uma abordagem séria e pragmática em relação às minas terrestres. Trabalhando com governos, órgãos internacionais, ONGs e cidadãos comuns, podemos atingir o objetivo de eliminar a ameaça das minas terrestres para civis no mundo inteiro até o ano 2010. As crianças do novo milênio devem ter, pelo menos, o direito de andar na terra sem medo.

PARCERIAS PÚBLICAS E PRIVADAS NA LUTA CONTRA AS MINAS TERRESTRES

— A Associação dos Estados Unidos na ONU [U.N. Association of the USA] e o Instituto Humpty Dumpty [Humpty Dumpty Institute] lançaram, em março de 1999, o programa "Adote um Campo Minado" [Adopt a Minefield], que ajuda as Nações Unidas e os governos dos países afetados a remover as minas dos campos minados mais perigosos no Afeganistão, Bósnia-Herzegovina, Camboja, Croácia e Moçambique. Escolas, organizações cívicas e empresas de 13 países estão levantando fundos para este programa. O governo dos Estados Unidos e a Fundação das Nações Unidas estão contribuindo com verbas significativas para esta iniciativa.

— A DC Comics, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos e o UNICEF produziram aproximadamente um milhão e meio de revistas em quadrinhos para a Bósnia, a América Central e o Kosovo, nas quais o Super-Homem e a Mulher-Maravilha ensinam as crianças a identificar e evitar as minas terrestres. O próximo projeto é uma versão em português para a África.

— O Marshall Legacy Institute lançou uma campanha "Adote um Cão", para a compra, treinamento e distribuição de cães para a detecção de minas. A U.S. Humane Society apóia veementemente este esforço, em parte porque as minas terrestres matam até meio milhão de animais no mundo inteiro, todos os anos. O governo dos Estados Unidos forneceu o capital inicial para esta iniciativa.

— Grupos como a Fundação dos Veteranos do Vietnã, da América [Vietnam Veterans of América Foundation] (VVAFA), o Fundo Mundial de Reabilitação [World Rehabilitation Fund], Visão Mundial [World Vision], Médicos Contra as Minas Terrestres [Physicians Against Landmines], CALE, e a Rede de Sobreviventes das Minas Terrestres [Landmine Survivors Network] estão ajudando os sobreviventes de acidentes a reconstruir suas vidas por meio de programas que proporcionam próteses, reabilitação e reintegração social. Muitos desses grupos recebem assistência da USAID por meio do Fundo Leahy de Vítimas de Guerra.

— A VVAFA está liderando um projeto da ONU para avaliar a extensão do problema das minas em uma dúzia de países que possuem grandes quantidades de minas instaladas. Este programa — que tem o apoio do Departamento de Estado, da Fundação da ONU e do Canadá — ajudará a planejar novas estratégias e fará com que seja possível avaliar o sucesso dos nossos projetos.

— A Fundação Rockefeller [Rockefeller Foundation] e outras organizações, estão produzindo um CD-ROM bastante abrangente, para informar os estudantes, as organizações cívicas e outras entidades, no mundo inteiro, a respeito da realidade das minas terrestres. Da mesma forma, muitas escolas nos Estados Unidos estão incorporando assuntos relacionados às minas terrestres aos seus currículos.

ADAPTANDO O TRATADO DAS CFE ÀS NOVAS REALIDADES E DESAFIOS

Craig Gordon Dunkerley



Desde a sua instituição, as CFE (Forças Armadas Convencionais na Europa) [Conventional Armed Forces in Europe] têm-se tornado, ao mesmo tempo, um processo e um ambiente para o diálogo contínuo sobre as preocupações com a segurança dos seus participantes, e, sempre que possível, soluções de cooperação," diz Dunkerley, enviado especial nas CFE. "Esta dinâmica dentro das CFE — entre a garantia da estabilidade e o trato com as mudanças — continuará sendo um dos seus pontos mais fortes."

"EM UMA ÉPOCA EM QUE ESTAMOS TENTANDO POR FIM A UMA TENDÊNCIA DE CRESCENTE INSEGURANÇA, BRUTALIDADE E CONFLITOS ARMADOS, E AOS CONFLITOS ARMADOS NOS BÁLCÃS, É GRATIFICANTE SABER QUE ESTES 30 PAÍSES, QUE FORMAM A GRANDE MAIORIA DAS NAÇÕES EUROPEIAS, ESTÃO CAMINHANDO EM OUTRA DIREÇÃO. JUNTOS, ESTAMOS CONSTRUINDO UMA EUROPA NA QUAL OS EXÉRCITOS SE PREPARAM PARA FICAR AO LADO DOS SEUS VIZINHOS, E NÃO CONTRA ELES, E NA QUAL A SEGURANÇA DEPENDE DA COOPERAÇÃO, E NÃO DA COMPETIÇÃO."

Presidente Bill Clinton

Desde o início de 1997, vêm sendo conduzidas negociações em Viena, para atualizar o Tratado das CFE, de modo a levar em consideração as dramáticas mudanças ocorridas em toda a Europa desde a assinatura original do tratado em 1990. Essas negociações, que estão ocorrendo entre os 30 países membros do Grupo Consultivo Conjunto das CFE [CFE Joint Consultative Group] (JCG), têm como objetivo preservar os principais benefícios do tratado, e ao mesmo tempo estabelecer uma nova estrutura de limitações que proporcione mais estabilidade e transparência.

Concebido e concluído durante os últimos anos da Guerra Fria, o Tratado das CFE tem sido um divisor de águas na definição do ambiente militar pós-Guerra Fria na Europa. Em conformidade com o tratado, os níveis de forças convencionais na Europa são os seus mais baixos das últimas décadas. O tratado estabeleceu um

teto para as forças de combate terrestres e aéreas dos principais exércitos convencionais da Europa, os dos membros da OTAN e os do antigo Pacto de Varsóvia, dentro das áreas de aplicabilidade do tratado, desde o Oceano Atlântico até os Montes Urais. Por meio dos seus limites e de constantes trocas de informações, a CFE tem conseguido estabelecer uma previsibilidade e uma transparência sem precedentes no que diz respeito ao futuro poderio militar. Para conseguir fazer as significativas reduções que o tratado determina, os países membros concluíram a destruição, ou conversão para usos não-militares, de mais de 53.000 itens de equipamentos militares de grande porte, incluindo tanques, veículos blindados de combate, peças de artilharia, aviões de combate e helicópteros de ataque. Para fiscalizar este processo, os países conduziram e aceitaram, a curto prazo, quase 3.000 inspeções locais detalhadas.

Mas durante esse tempo, mudanças políticas fundamentais também ocorreram. Após a assinatura do Tratado das CFE [CFE Treaty] em novembro de 1990, o Tratado de Varsóvia desapareceu, a União Soviética foi extinta e a Aliança do Atlântico Norte [North Atlantic Alliance] foi transformada e ampliada. O número de países membros do tratado cresceu dos 22 signatários originais para 30 estados soberanos, devido à dissolução da URSS. Por último, mas não menos importante, a natureza dos desafios à segurança imediata que a Europa enfrenta evoluiu de forma significativa desde o período de confronto, da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que novas oportunidades para cooperação entre as nações para enfrentar esses desafios têm se multiplicado.

Portanto, a principal tarefa para os elaboradores de política e negociadores nos últimos anos passou a ser, ao mesmo tempo, manter e modernizar as CFE para o novo século que se aproxima — ou, nas palavras do Conselho do Atlântico Norte, da OTAN [NATO's North Atlantic Council], assegurar a eficácia do tratado a longo prazo, adaptando-o às novas realidades de segurança.

Em 30 de março de 1999, negociadores em Viena tomaram uma medida significativa dentro desse esforço. Em uma decisão especial, o Grupo Consultivo Conjunto das CFE concordou em adotar soluções para alguns dos problemas de adaptação mais sérios. A substância deste acordo, e do progresso anterior no contexto das negociações, se baseia, em grande parte, nas propostas apresentadas pelos membros da OTAN no decorrer dos últimos dois anos para atualizar e fortalecer todos os principais aspectos do tratado. Essas propostas incluem:

— A substituição da atual estrutura de dois grupos dentro do tratado, originalmente estabelecida para manter um equilíbrio de forças entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia, por um sistema de limites nacionais para os principais equipamentos de combate terrestre e aéreo, mais apropriado para o atual ambiente de segurança na Europa.

— A substituição da atual estrutura de zonas geográficas do tratado por uma série mais restritiva de tetos territoriais, baseados nos países, para equipamentos de combate terrestre, além da flexibilidade necessária para que cada país membro possa exceder temporariamente esses limites no caso de operações de apoio à paz determinadas pela Organização das Nações Unidas ou pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa [Organization for Security and Cooperation in Europe] (OSCE), exercícios, ou posicionamentos temporários.

— Reconciliação com esta nova estrutura do tratado, das restrições legais significativas do regime de "Flancos" dentro das CFE, com o objetivo de prevenir as concentrações desestabilizantes de forças tanto no norte quanto no sul da área de aplicabilidade do tratado, mesmo enquanto se permite um pouco de

flexibilidade devido às mudanças nas circunstâncias na região.

— Fortalecimento do direito dos países membros de decidir se devem ou não permitir a presença de forças militares estrangeiras no seu território por meio dos mecanismos da nova estrutura de limites e flexibilidade do tratado. (Isso, entre outras coisas, exigirá a retirada de tropas russas da Moldova e a redução dos efetivos que a Rússia mantém na Geórgia).

— Fortalecimento das disposições do tratado para a verificações e troca de informações, para que os países membros tenham total confiança na conformidade, no futuro, com esses limites, e com outros, mais rigorosos.

— Abertura do tratado adaptado, por ocasião da sua entrada em vigor, à admissão voluntária, caso a caso, de outros estados europeus. (Os tradicionais países "neutros" da Europa, os países bálticos, e os estados que se sucederam à antiga Iugoslávia, atualmente não fazem parte das CFE originais.)

Ao mesmo tempo, países membros isolados estabeleceram níveis previstos para seus limites futuros, nacionais e territoriais, em conformidade com um Tratado CFE adaptado. Para muitos deles, isso envolveria reduções nos seus níveis permitidos em uma ou mais categorias de Equipamento Limitado pelo Tratado. (Tendo em vista as drásticas mudanças nas circunstâncias de 1980 até o presente, por exemplo, os Estados Unidos se propõem a diminuir em mais de 50 por cento o número de tanques que estão autorizados a ter na Europa, em conformidade com o tratado. Isso não implica uma mudança significativa na presença militar real dos Estados Unidos, mas é um reconhecimento de que os níveis originais permitidos pelas CFE precisam ser adaptados a um novo ambiente de segurança.)

Além disso, alguns países membros estão preparados para assumir compromissos políticos, por meio de declarações de seus governos; eles se dispõem a aceitar obrigações ou restrições adicionais dentro do contexto de um tratado que tenha sido satisfatoriamente adaptado, e desde que outros participantes também aceitem restrições equivalentes. Países da Europa Central, como a República Tcheca, a Hungria, a

Polônia e a Eslováquia, bem como a Alemanha, a Ucrânia e Bielo Rússia, estão dispostos a abrir mão do uso de mecanismos do tratado para elevar seus futuros limites territoriais, nessas circunstâncias. Além de suas outras obrigações em conformidade com o tratado, a Federação Russa também está disposta a aceitar restrições adicionais em relação aos seus níveis e posicionamentos futuros nas regiões que fazem fronteira com os países bálticos.

Para os Estados Unidos e seus aliados, essa abordagem preservará a capacidade que a OTAN tem de cumprir suas responsabilidades políticas e militares da era pós-Guerra Fria, mantendo, ao mesmo tempo, a aliança livre para trabalhar pela sua expansão, assim como maior envolvimento com os parceiros que com ela cooperam, incluindo a Federação Russa e outros países. Enquanto preserva a flexibilidade operacional necessária — como o direito de posicionar equipamentos temporariamente no território de um aliado durante uma crise — a rede, do acordo emergente, de novos limites nacionais e territoriais, será muito menos restritiva do que a estrutura do atual tratado. Para todos os países, incluindo a Federação Russa, um tratado modificado segundo essas linhas resultará em maior previsibilidade, transparência e controle, à situação militar em geral.

O fato de que este notável objetivo, no campo das negociações, sobre as funções futuras do ambiente militar convencional na Europa, foi atingido na primavera de 1999 — apesar de estarmos no meio de uma aguda disputa política entre os membros da OTAN e a Federação Russa, devido aos eventos em Kosovo — reflete a importância que todos os estados participantes dão à manutenção e ao fortalecimento das CFE. Isso também mostra até que ponto a adaptação está procurando tratar das preocupações legítimas de todos os países membros com a segurança.

Tendo como base essa decisão do JCG em 30 de março, o objetivo imediato dos negociadores em Viena é ter um tratado adaptado pronto para assinatura até a cúpula da OSCE em Istambul, em meados de novembro — um objetivo que foi estabelecido pela primeira vez pelo presidente Clinton, com o presidente Yeltsin, no outono de 1998, e que a seguir foi endossado por todos os estados membros das CFE em dezembro de 1998.

Mas ainda há muito o que fazer. Há decisões difíceis, que terão que ser tomadas, no futuro, por todos os países membros. Traduzir o trabalho que foi feito até o momento, e os acordos políticos subjacentes, em texto legal para um tratado, é uma tarefa difícil. Há detalhes importantes que ainda precisam ser tratados — especialmente se quisermos assegurar a transparência necessária que este futuro regime das CFE exigirá. Não menos críticos são os contínuos esforços dos Estados Unidos e dos seus aliados para assegurar a implementação integral e tempestiva de todos os compromissos existentes das CFE, em conformidade com o acordo atual e os documentos a ele associados. A implementação é o alicerce sobre o qual uma adaptação bem sucedida pode ir em frente.

Estendendo o nosso olhar mais adiante, o trabalho referente às CFE não estará concluído em Istambul. Desde a sua criação, as CFE têm-se tornado, ao mesmo tempo, um processo e um ambiente para o diálogo contínuo sobre as preocupações com a segurança dos seus participantes, e, sempre que possível, soluções de cooperação. Esta dinâmica dentro das CFE — entre a garantia da estabilidade e o trato com as mudanças — continuará sendo um dos seus pontos mais fortes. ●

ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA: A EXPERIÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS

Lawrence Korb



Os Estados Unidos renunciaram ao uso das armas químicas e biológicas e reduziram, de maneira significativa, tanto as suas forças convencionais quanto as nucleares, após o final da Guerra Fria, diz Korb. No entanto, enquanto algumas nações continuarem a tentar desenvolver armas de destruição em massa, "os Estados Unidos precisarão de algum tipo de força de dissuasão nuclear," ele diz. Korb é o diretor de estudos no Conselho de Relações Exteriores [Council on Foreign Relations]. Ele foi secretário-assistente de Defesa no governo Reagan.

Durante a Guerra Fria, de 1950 a 1990, os Estados Unidos mantiveram uma grande organização militar permanente, principalmente para conter o expansionismo comunista dos soviéticos. No final das contas, o esforço foi muito bem sucedido. Além de o império soviético ter entrado em colapso no fim da década de 80, em 1991 a própria União Soviética já havia se desintegrado.

No entanto, esse esforço teve um preço muito alto tanto em sangue quanto para os cofres públicos. Além de aproximadamente 100.000 americanos terem perdido suas vidas combatendo elementos que defendiam os interesses dos soviéticos na Coreia do Norte e no Vietnã, outros 50.000 homens e mulheres das forças armadas morreram em acidentes, enquanto as forças armadas dos Estados Unidos tentavam manter o estado de prontidão necessário para conter quaisquer tentativas de expansão soviética por meio de força militar.

Em dólares de hoje, os Estados Unidos gastaram, em média, 320 bilhões de dólares por ano com a defesa, ou um total de aproximadamente 13 trilhões de dólares para vencer a Guerra Fria. Durante quatro décadas, os gastos com a segurança nacional consumiram aproximadamente oito por cento da produção econômica da nação (Produto Interno Bruto ou PIB) e 30 por cento de todos os gastos do governo federal.

A Guerra Fria também fez com que aproximadamente 25 milhões de americanos passassem algum tempo nas forças armadas. Até 1973, aproximadamente 500.000 homens por ano eram obrigados a servir ao seu país por

causa do alistamento militar. Durante os últimos 17 anos da Guerra Fria, os Estados Unidos mantiveram suas forças inteiramente formadas por voluntários. Os custos, em termos econômicos e humanos, de se manter uma força que tinha, em média 2,5 milhões de pessoas por ano em serviço ativo, eram consideráveis.

Setenta por cento dos gastos com as forças armadas de 1950 até 1990 se destinavam às forças convencionais. Os 30 por cento restantes, ou quase 4 trilhões de dólares, eram gastos no desenvolvimento e manutenção do arsenal nuclear. Este número não inclui aproximadamente 320 bilhões de dólares, em custos futuros estimados, para o armazenamento e o descarte de despejos tóxicos e radioativos acumulados em mais de cinco décadas, e outros 20 milhões de dólares para o desmanche de sistemas de armas nucleares e o descarte de materiais nucleares excedentes. Esses custos, além de mais 2 bilhões de dólares gastos no tratamento de pessoas contaminadas pela produção de bombas nucleares, ainda não foram pagos. Por exemplo, o governo dos Estados Unidos estima que 26.000 funcionários públicos federais tenham sido expostos ao berílio (um elemento metálico usado em bombas nucleares) em depósitos federais de materiais nucleares, e receberão ajuda do governo se tiverem beriliose, uma reação alérgica que pode resultar em cicatrizes permanentes nos pulmões.

A ordem de grandeza e a abrangência do programa nuclear dos Estados Unidos foi motivo de muitos debates neste país durante a Guerra Fria. Muitos queriam tornar essas armas ilegais, na sua totalidade, por uma questão moral. Outros se opunham ao

tamanho do arsenal dos Estados Unidos, que cresceu a ponto de somar 15.000 armas estratégicas em meados da década de 70. Além disso, havia aqueles que tentavam impedir o custeio de sistemas específicos de posicionamento e lançamento de armas, como o bombardeiro B-1 e o míssil MX. Os presidentes reagiram a essa pressão do público de várias maneiras. O presidente Eisenhower declarou uma moratória nos testes; o presidente Kennedy negociou um tratado de proibição de teste com os soviéticos; o presidente Nixon concordou em limitar o número de ogivas nucleares; e os presidentes Reagan e Bush negociaram reduções reais no número de armas nucleares estratégicas.

Os Estados Unidos mantiveram o grande e caro arsenal nuclear por dois motivos. Primeiro, essas armas nucleares estratégicas e táticas, que, em 1990 ainda somavam mais de 10.000 unidades, impediram a União Soviética, e em menor grau, a China, de usar ou ameaçar de usar armas nucleares. Segundo, elas permitiram, aos Estados Unidos e aos seus aliados, conter o império soviético sem manter uma força convencional tão grande quanto a dos soviéticos. Por exemplo, em 1985, os Estados Unidos tinham somente 2,1 milhões de pessoas no serviço militar ativo, enquanto a União Soviética tinha 5,3 milhões. Os Estados Unidos se certificaram de que essa estratégia seria eficaz, por nunca terem adotado a política de não usar armas nucleares em primeiro lugar, proposta pela União Soviética e pela China.

A capacidade dos Estados Unidos de ter uma posição de domínio na Guerra Fria foi um resultado direto do fato de o país ter contado com as armas nucleares. A União Soviética não apenas gastou mais do que os Estados Unidos em defesa, mas também, por ter uma economia muito menor, teve que dedicar uma parcela muito maior do seu PIB à segurança nacional. Segundo algumas estimativas, o parcela do PIB soviético consumido com a defesa era de 30 por cento. Isso significava que os soviéticos tinham muito menos recursos para aplicar na sua economia civil e que, na década de 80, seu crescimento econômico havia estagnado a tal ponto que eles tiveram que abrir mão do seu império e permitir que a própria União Soviética se desintegrasse.

Na primeira metade da Guerra Fria, os Estados Unidos também mantiveram um arsenal de armas biológicas e

químicas, para fins de dissuasão. Mas a partir do governo Nixon, o governo dos Estados Unidos declarou que não as usaria em nenhuma circunstância e começou a desmontá-las. Além disso, os Estados Unidos se tornaram signatários de convenções internacionais que proibiam a produção dessas armas.

Após o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos reduziram, de forma significativa, as suas forças convencionais e nucleares. Em 1990, mais de dois milhões de americanos estavam na ativa, nas forças armadas. Hoje, esse número chega a pouco mais de 1,3 milhão, o que significa um declínio de 30 por cento. O número de divisões em atividade no Exército caiu em 44 por cento, de 18 para 10, o número de navios de combate caiu em 32 por cento, de 312 para 212, e o número de alas de aviões de caça em atividade caiu em 46 por cento, de 24 para 13.

Os Estados Unidos também reduziram consideravelmente o seu arsenal nuclear. Em 1990, havia aproximadamente 10.000 ogivas nucleares americanas, baseadas em terra e no mar, colocadas em aproximadamente 1.560 mísseis de longo alcance. Este total foi reduzido e hoje chega a aproximadamente 7.500 ogivas em 982 mísseis. Nesse mesmo período, a Força Aérea dos Estados Unidos diminuiu o número de bombardeiros pesados, capazes de lançar bombas nucleares, de 324 para 115. No decorrer da próxima década, se o Parlamento Russo ratificar o segundo Tratado para a Redução de Armas Estratégicas [Strategic Arms Reduction Treaty] (START II), o arsenal dos Estados Unidos contará com 836 mísseis com aproximadamente 3.500 ogivas, uma redução de 65 por cento no número de ogivas, a partir do número de ogivas nucleares nos níveis de 1990.

Essas reduções de forças após o fim da Guerra Fria têm permitido, aos Estados Unidos, reduzir o nível de gastos com a defesa, bem como a parte dos seus recursos econômicos dedicados à segurança do estado. Em 1990, o orçamento de defesa do país, em dólares de hoje, era de US\$ 375 bilhões e consumia seis por cento do PIB do país e 20 por cento do orçamento federal. Os gastos com a defesa tiveram uma diminuição de 100 bilhões de dólares, ou 27 por cento, e agora consomem somente 3 por cento da produção econômica do país e 15 por cento do seu orçamento federal.

Mas o fim da Guerra Fria não trouxe a paz mundial nem o fim dos confrontos regionais. O colapso do império soviético permitiu que conflitos étnicos, que vinham sendo abafados por muitos anos, eclodissem e chegassem ao conhecimento público, e permitiu que outras nações tentassem preencher o vazio resultante da extinção da União Soviética. Na qualidade da única superpotência militar e econômica do mundo, os Estados Unidos se tornaram o relutante xerife tentando manter a estabilidade na arena internacional.

Na última década, houve guerras entre sérvios, croatas e muçulmanos na Eslovênia, Croácia, Bósnia e Kosovo. A Índia detonou uma bomba nuclear, e o Paquistão fez a mesma coisa, em seguida. A China é acusada de ter roubado tecnologia de armas nucleares dos Estados Unidos, e explodiu uma bomba de nêutrons. Sem o apoio da União Soviética, o Coréia do Norte achou necessário desenvolver armas nucleares e mísseis de longo alcance. Os próprios russos, precisando desesperadamente de dinheiro, venderam tecnologia nuclear e de mísseis para o Irã, e os norte-coreanos também o fizeram. Segundo estimativas do governo dos Estados Unidos, o Irã terá uma arma nuclear em cinco anos. Finalmente, alguns estados não confiáveis, como a Líbia, o Iraque, a Síria e o Sudão, estão tentando desenvolver armas de destruição em massa.

Para manter a ordem neste sistema internacional instável, os Estados Unidos têm agido, tanto na área militar quanto na diplomática. O Departamento de Defesa ainda mantém 250.000 militares no mundo inteiro, e na última década, o país conduziu operações militares no Golfo Pérsico, na Somália, no Haiti e no Estreito de Taiwan. Além disso, devido à não-ratificação do START II pelo parlamento russo, o Pentágono vem mantendo 7.500 armas nucleares estratégicas no seu arsenal, a um custo anual de 30 bilhões de dólares. Além disso, mesmo se a Rússia ratificar o START II e progredir rumo ao START III, os Estados Unidos ainda têm planos de manter 2.000 armas nucleares estratégicas como instrumento de dissuasão.

Devido a este ambiente internacional instável, os Estados Unidos tiveram que interromper o declínio nos gastos com a defesa, que começou na década de 90. A partir do seu orçamento do exercício do ano 2000, o

Pentágono espera que as despesas com a defesa cresçam em termos reais, pela primeira vez desde 1985. Até o ano 2005, as despesas dos Estados Unidos com a defesa terão se elevado novamente, e chegarão a 90 por cento do seu nível durante a Guerra Fria.

Os Estados Unidos também têm agido na área diplomática. O presidente Clinton não apenas pediu ao parlamento russo que ratificasse o START II, como também pediu que ambos os lados progredissem unilateralmente no sentido de elaborar um Tratado START III, que reduziria as armas nucleares americanas e russas, de 3.500 para 2.000. Além disso, o governo Clinton, trabalhando em conjunto com outras nações, prorrogou a validade do Tratado de Não-Proliferação Nuclear [Nuclear Non-Proliferation Treaty] por tempo indeterminado, ratificou a Convenção sobre Armas Químicas [Chemical Weapons Convention], apresentou, ao Senado, o Tratado Abrangente de Banimento de Testes Nucleares [Comprehensive Test Ban Treaty], e forneceu petróleo e reatores nucleares para fins pacíficos à Coréia do Norte, com a condição de que Pyongyang abrisse mão dos seus materiais nucleares que podem ser usados para a fabricação de armas. Os Estados Unidos têm, repetidamente, atacado as instalações de produção de armas químicas e biológicas do Iraque, e já avisaram esse país que ele deve esperar enérgica retaliação, se utilizar essas armas de destruição em massa.

No entanto, os esforços diplomáticos dos Estados Unidos para lutar contra a disseminação das armas químicas, biológicas e nucleares, ainda são desajeitados e desfocados. Um grupo de estudos estabelecido pelo Congresso e liderado pelo ex-diretor de Inteligência [Director of Central Intelligence] John Deutch, recentemente recomendou que a Casa Branca nomeasse um coordenador nacional para dirigir uma defesa simplificada contra esta grave ameaça aos Estados Unidos.

Com o fim da Guerra Fria e com o declínio dos gastos com a defesa, a economia dos Estados Unidos cresceu rapidamente, durante a década de 90. No final da década, o PIB dos EUA passava de 8 trilhões, o desemprego estava na faixa dos 4,3 por cento e a inflação estava abaixo de 2 por cento. A manutenção da

estabilidade no sistema internacional, embora tenha um custo alto, não imporá um fardo tão grande à economia dos Estados Unidos ou ao povo americano, como foi o caso da Guerra Fria.

Naturalmente, ainda ocorrerão muitas discussões sobre o quanto se deve investir em defesa. Há muitos, como o ex-comandante do Comando Aéreo Estratégico, general Lee Butler, e o ex-comandante do comando espacial e comandante do componente aéreo da Guerra do Golfo, general Charles Horner, que argumentam que os Estados Unidos devem eliminar totalmente as armas nucleares. Esses generais da Força Aérea acreditam que as armas convencionais americanas, providas de guiagem de precisão, são, atualmente, tão poderosas, que, por si só, podem conter o uso de armas de destruição em massa. Além disso, eles argumentam que, eliminando as armas nucleares, os Estados Unidos terão mais autoridade moral no que se refere ao debate pela não-proliferação.

Outros, como o almirante Stansfield Turner, ex-diretor da CIA (Agência Central de Inteligência) [Central Intelligence Agency], argumentam que os Estados Unidos precisam de mais de 1.000 armas nucleares

estratégicas como instrumento de dissuasão e devem adotar uma política segundo a qual o país não deve conduzir o primeiro ataque. Isso não apenas liberaria recursos (aproximadamente 15 bilhões de dólares por ano) mas também fortaleceria a posição moral dos Estados Unidos no debate a respeito das armas de destruição em massa.

Mas, assim como os debates durante a Guerra Fria, esses debates não resultarão na eliminação de todas as armas nucleares dos Estados Unidos. Infelizmente, algumas nações têm tentado e continuarão tentando desenvolver armas de destruição em massa, e enquanto essa situação perdurar, os Estados Unidos precisarão de algum tipo de instrumento de persuasão nuclear, especialmente depois de terem aberto mão das suas armas químicas e biológicas. ●

CONTROLE DE ARMAMENTOS NO 106º CONGRESSO

Amy F. Woolf



Embora muitos congressistas continuem a apoiar os esforços para o controle de armamentos, eles podem ter dificuldade em angariar o apoio necessário para obter aprovação de novos e mais abrangentes acordos, Woolf diz. "Somente um número relativamente pequeno de congressistas dirige suas atenções aos acordos formais para o controle de armamentos, e uma proporção cada vez maior desse pequeno número tende a considerar esses acordos prejudiciais aos interesses de segurança dos Estados Unidos." Woolf é especialista em segurança nacional e relações exteriores, na Divisão de Defesa e Comércio do Serviço de Pesquisa do Congresso. Ela também já trabalhou no Escritório do Secretário-Assistente de Defesa para Questões de Política Internacional de Segurança.

O CONGRESSO E O CONTROLE DE ARMAMENTOS

Os membros do 106º Congresso têm opiniões variadas sobre o papel do controle de armamentos na segurança nacional dos Estados Unidos e sobre a conveniência de cada acordo de controle de armamentos.

Vários fatores ajudam a formar essas opiniões. Primeiro, o fim da União Soviética reduziu tanto o nível de interesse quanto a prioridade atribuída ao controle de armamentos como componente das relações entre os Estados Unidos e a Rússia, e como elemento que contribui para a estabilidade nuclear. Segundo, a proliferação de mísseis balísticos e armas de destruição em massa, além de uma noção de que os Estados Unidos estão enfrentando desafios cada vez maiores por parte de adversários regionais e nações não-confiáveis, fez com que muitos congressistas concluíssem que reações militares ou sanções econômicas, limites de armas não negociáveis, podem ser melhores maneiras de lidar com ameaças emergentes à segurança dos Estados Unidos. Finalmente, muitos congressistas do Partido Republicano que têm ocupado posições de liderança desde 1995 se opuseram aos esforços para o controle de armamentos durante a Guerra Fria e continuam a ter uma atitude de suspeita em relação ao controle de armamentos. Conseqüentemente, somente um número relativamente pequeno de congressistas se dedica aos acordos formais para a redução de armamentos, e uma proporção cada vez maior desse grupo tende a considerar esses acordos prejudiciais para os interesses de segurança dos Estados Unidos.

A ANÁLISE DOS TRATADOS PELO SENADO

A Constituição dos Estados Unidos determina que o presidente "tem autoridade, por meio do Senado e com o seu parecer e aprovação, de fazer tratados, com a condição de que dois terços dos senadores presentes estejam de acordo." Atualmente, o Tratado Abrangente de Banimento de Testes Nucleares [Comprehensive Test Ban Treaty] (CTBT) é o único tratado de controle de armamentos que está aguardando parecer e aprovação do Senado. O presidente Clinton apresentou o CTBT ao Senado em setembro de 1997. O presidente do Comitê de Relações Exteriores do Senado, Jesse Helms, um republicano da Carolina do Norte, se recusou a marcar audiências sobre o tratado. Ele e outros críticos consideraram o tratado impossível de fiscalizar, prejudicial ao estoque de armas nucleares dos Estados Unidos e à segurança nacional dos Estados Unidos, e irrelevante para os esforços para a não-proliferação nuclear, porque as nações que quisessem ter as suas próprias armas nucleares podiam simplesmente se negar a assinar o tratado. (A Índia e o Paquistão são freqüentemente citados como exemplos.)

Vários senadores que apóiam o CTBT recentemente pediram providências e se comprometeram a pressionar as lideranças do Senado para que fosse dado andamento ao processo do tratado. Este grupo argumenta que uma proibição dos testes nucleares atenderá aos interesses dos Estados Unidos, pois retardará a proliferação nuclear; os membros desse grupo temem que os Estados Unidos não agirão a tempo de participar da conferência, em setembro de 1999, na qual serão

estudadas as maneiras pelas quais o tratado entrará em vigor. No momento ainda não se sabe se 67 senadores concordariam em ratificar o CTBT.

O senador Helms declarou, em uma carta enviada ao presidente Clinton em janeiro de 1998, que ele somente trataria do CTBT depois que o Senado tivesse uma oportunidade de debater a Demarcação do ABM (Tratado Contra os Mísseis Balísticos) e os Acordos de Sucessão [ABM (Anti-Ballistic Missile) Treaty Demarcation and Succession Agreements], que foram assinados em setembro de 1997. Essas emendas ao Tratado Contra os Mísseis Balísticos de 1972 [1972 Anti-Ballistic Missile Treaty] requerem o parecer e a aprovação do Senado para ratificação. As Declarações Aceitas Sobre a Demarcação [Agreed Statements on Demarcation] determinam os limites entre os sistemas de mísseis de defesa em teatros de operações, que não são limitados pelo Tratado ABM, e os sistemas de defesa contra mísseis balísticos estratégicos, que são limitados pelo Tratado ABM. A Carta de Intenções Sobre a Sucessão [Memorandum of Understanding on Succession] especifica a Rússia, a Ucrânia, a Bielorrússia e o Cazaquistão como sucessores da União Soviética no que diz respeito ao Tratado ABM.

O governo Clinton afirmou que apresentará esses acordos, em conjunto com um protocolo referente ao segundo Tratado de Redução de Armas Nucleares [Strategic Arms Reduction Treaty] (START II), ao Senado, depois que o parlamento russo aprovar o START II, uma coisa que até agora ele se recusou a fazer. Mas o senador Helms gostaria de tratar desses acordos imediatamente, em parte porque, segundo se informa, ele acredita que a derrota desses tratados determinaria o fim do Tratado ABM. Muitos congressistas acreditam que esse tratado prejudica os esforços dos Estados Unidos no sentido de posicionar um sistema de defesa contra mísseis balísticos, que cobrisse todo o território nacional; o objetivo desse sistema seria a proteção contra mísseis de longo alcance que poderiam ser disparados por nações não confiáveis ou adversários regionais. Eles também argumentam que o Tratado ABM perdeu a validade quando a União Soviética foi extinta. Outros, no entanto, argumentam que o Tratado ABM continua a atender aos interesses de segurança nacional dos Estados Unidos, contribui

para a estabilidade entre os Estados Unidos e a Rússia, e permite que sejam feitas maiores reduções de armas nucleares estratégicas ofensivas dos Estados Unidos e da Rússia. Muitos observadores acreditam que os novos acordos não conseguiriam contar com os votos necessários, de dois terços dos senadores, e que portanto o Tratado ABM poderia desaparecer se fosse conduzida uma votação no 106º Congresso.

LEGISLAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO

O Congresso também avalia acordos de controle de armamentos e seus efeitos sobre a segurança dos Estados Unidos quando ele autoriza e atribui verbas orçamentárias para a implementação de programas militares dos Estados Unidos e controle de armamentos. Frequentemente, o Congresso solicita que o governo forneça relatórios a respeito das implicações de acordos de controle de armamentos, existentes ou em potencial. Por exemplo, no Projeto de Lei de Autorização de Defesa do Exercício do Ano 2000 [Fiscal Year 2000 Defense Authorization Bill], o Congresso solicitou um relatório sobre as vantagens de um sistema nacional de defesa contra mísseis baseado em duas localizações, o qual, se posicionado, exigiria emendas ao Tratado ABM. Ele também solicitou um relatório sobre os efeitos que um Tratado START III proposto, que poderia reduzir as forças nucleares estratégicas dos Estados Unidos a aproximadamente 2.000 a 2.500 ogivas, poderia ter sobre a estabilidade estratégica entre os Estados Unidos e a Rússia e entre os Estados Unidos e outros adversários nucleares em potencial, como a China.

Além disso, o 106º Congresso elaborou leis sobre a maneira pela qual os Estados Unidos devem estruturar as suas forças nucleares estratégicas enquanto aguardam a ratificação do START II pela Rússia. Nos últimos anos, o Congresso tem determinado que os Estados Unidos mantenham suas forças nos níveis do START I até a entrada em vigor do START II; especificamente, ele proibiu o uso de quaisquer verbas para a desmontagem de sistemas que, em outras circunstâncias, permaneceriam em atividade, em conformidade com o START I. Mas essa restrição poderia exigir grandes despesas para que a Marinha pudesse reabastecer, modificar e conservar quatro

submarinos Trident, de um total de 18, que ela deveria desmontar em conformidade com o START II. Portanto, este ano, o Congresso permitiria que o Departamento de Defesa eliminasse esses submarinos antes da entrada do START II em vigor se o presidente afirmar que isso não será prejudicial à força de dissuasão dos Estados Unidos ou ao esforço para o controle de armamentos.

O Senado emitiu o seu parecer e aprovação para a ratificação da Convenção Sobre Armas Químicas [Chemical Weapons Convention] (CWC) em abril de 1997, e o 105º Congresso outorgou legislação implementando este tratado em outubro de 1998. Alguns observadores esperavam que o 106º Congresso revisasse essa legislação. A legislação de implementação determina os requisitos para as armas químicas, e as instalações de produção que os Estados Unidos devem declarar, em conformidade com a CWC, e estabelece as penalidades cíveis e criminais aplicáveis às atividades que violem a convenção. Mas ela também permitiria que os Estados Unidos impedisse, por motivos de segurança nacional, a realização de inspeções mandatórias para verificação, e proibiria o envio de amostras de produtos químicos para fora dos Estados Unidos, para análise. Os defensores do tratado argumentam que essas disposições poderiam colocar os Estados Unidos em uma condição de violação da CWC, e muitos esperavam que o Congresso as modificaria. O 106º Congresso ainda não tratou de nenhuma legislação a respeito da CWC. O presidente Clinton emitiu um Ato do Executivo, implementado a legislação existente, em 25 de junho de 1999. Como os Estados Unidos foram lentos na implementação da CWC, muitos observadores argumentam que os Estados Unidos não estão cumprindo as determinações da convenção.

ITENS ADICIONAIS NA ÁREA DE CONTROLE DE ARMAMENTOS

— O Senado concordou em ratificar o Tratado START II em janeiro de 1996; ele também promoverá a votação a respeito da ratificação do protocolo que prorroga a validade do período de eliminação do tratado — o tempo disponível para que ambos os lados reduzam as quantidades das suas ogivas posicionadas

aos níveis do START II — quando o presidente apresentar esse documento ao Senado, para deliberação.

— Os Estados Unidos não assinaram o Tratado de Ottawa, que proíbe a fabricação e o uso das minas terrestres antipessoais. Em maio de 1999, no entanto, o Senado concordou em ratificar o Protocolo Modificado Sobre Minas, referente à Convenção Sobre Armas Convencionais [Convention on Conventional Weapons], que torna mais rigorosas as restrições de caráter humanitário ao uso de minas terrestres.

— Os protocolos de verificação da Convenção Sobre Armas Biológicas [Biological Weapons Convention], e um Tratado de Corte de Materiais Físseis [Fissile Material Cutoff Treaty] continuam a ser discutidos em organizações internacionais, mas por enquanto eles não constam da agenda do Senado.

CONCLUSÃO

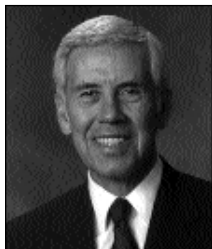
A maior parte das questões referentes ao controle internacional de armas suscitaram pouca atenção ou debates no 106º Congresso. Alguns congressistas mais eloqüentes acreditam que certos acordos poderiam ser prejudiciais aos interesses de segurança dos Estados Unidos. Alguns congressistas também acreditam que os Estados Unidos estariam mais bem servidos se tomassem atitudes unilaterais, como a construção de defesas contra mísseis balísticos ou a imposição de sanções contra as nações que contribuem para a proliferação, do que participando de esforços diplomáticos para limitar ameaças emergentes aos Estados Unidos. Portanto, embora muitos congressistas continuem apoiando os esforços para o controle de armamentos, eles podem ter dificuldade para conseguir o apoio amplo e profundo de que necessitam para conseguir a aprovação de novos e abrangentes acordos que limitariam o poderio militar dos Estados Unidos.

©

As opiniões apresentadas neste artigo são do autor e não refletem as posições do Serviço de Pesquisa do Congresso [Congressional Research Service] ou de Biblioteca do Congresso [Library of Congress].

NUNN-LUGAR: UM HISTÓRICO RESPEITÁVEL NA DESATIVAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES SOVIÉTICAS

Senador Richard Lugar



O Programa Nunn-Lugar de Cooperação Para a Redução de Ameaças tem obtido um sucesso significativo nos seus esforços para desmontar e prevenir a proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas na antiga União Soviética, diz o senador Lugar, um republicano de Indiana. "O plano do governo, de aumentar as verbas alocadas ao programa Nunn-Lugar e outros programas a ele associados, em aproximadamente 65 por cento no decorrer dos próximos cinco anos, é uma prova do seu valor e das suas contribuições para a segurança nacional dos Estados Unidos," ele diz. Lugar é membro republicano sênior das Comissões de Relações Exteriores e de Inteligência do Senado, e presidente da Comissão de Agricultura, Nutrição e Florestas, do Senado.)

Quando a União Soviética entrou em colapso, pouco mais de oito anos atrás, teve início uma nova era na história do mundo. Muitos sugeriram que os perigos de uma guerra nuclear haviam desaparecido, com a dissolução da União Soviética. Em vez disso, quase oito anos depois, estamos enfrentando um mundo que é mais turbulento, imprevisível, e, sob alguns aspectos, mais violento do que o que deixamos no início desta década.

Como conseqüência do colapso da sociedade soviética de comando e controle totalitários, um imenso supermercado de armas e materiais de destruição em massa se tornou acessível. A desintegração da União Soviética e a conseqüente decadência do sistema de segurança responsável pela guarda do legado nuclear, químico e biológico da União Soviética, criou uma nova ameaça à nossa segurança.

Estados não confiáveis e grupos de terroristas podem agora, tentar comprar ou roubar o que, antes, eles tinham que produzir pelos seus próprios meios. Na verdade, o perigo que define a atual conjuntura de proliferação não é a possibilidade de o Irã adquirir reatores nucleares civis que podem ser úteis às ambições nucleares iranianas daqui a dez anos. O perigo real é a ameaça de que hoje ou amanhã, o Irã, a Líbia, ou um grupo radical como o Hamas, venha a adquirir armas nucleares, químicas, ou biológicas, ou veículos de lançamento, de algum fragmento das antigas ou atuais forças armadas russas.

O moral extremamente baixo das tropas russas tem sido documentado pela imprensa ocidental. São comuns as histórias de soldados russos que ficam meses sem receber seus salários, ou sua quota de alimentos. Tem havido muitos incidentes de deserção e suicídio em todos os setores das forças armadas russas. Há informações de que muitas unidades venderam valiosos equipamentos militares para conseguir algum dinheiro. Segundo outros relatos, existe um sistema de trocas no qual as tropas trocam equipamentos e munição por alimentos. Em alguns casos, os soldados têm deixado equipamentos militares valiosos, desprotegidos e sem estar sob a guarda de ninguém, no campo, enquanto a unidade sai em busca de comida.

A realidade aterrorizante é que a ameaça das armas nucleares, químicas ou biológicas, como uma ferramenta para o terrorismo, já não é uma possibilidade tão remota. Tecnicamente, já houve um incidente de terrorismo nuclear. Em novembro de 1995, rebeldes chechenos colocaram um pacote contendo 15 quilos de material radioativo em um parque de Moscou. Embora o recipiente não estivesse equipado com os explosivos necessários para dispersar o céσιο, os chechenos mostraram que a capacidade dos terroristas de empregar material nuclear deve ser levada a sério.

O culto japonês conhecido como "Culto do Juízo Final", o Aum Shinrikyo, recrutou cientistas e técnicos especializados no Japão, na Rússia e em outros países, para desenvolver armas de destruição em massa. Eles

conseguiram produzir armas químicas e atacaram o sistema de metrô do Japão com gás sarin em 1995. Posteriormente descobrimos que os ataques poderiam ter sido muito mais devastadores se a seita tivesse aperfeiçoado os seus sistemas de lançamento.

Em Praga, a polícia local, alertada por um telefonema anônimo, apreendeu, em 1994, quase três quilos de material nuclear no assento traseiro de um carro estacionado em uma rua movimentada na capital tcheca. A polícia prendeu o proprietário do carro, um tcheco, e seus dois companheiros da Ucrânia e Bielo Rússia. Todos os três tinham trabalhado em usinas nucleares, e tinham deixado seus empregos por causa de falta de pagamento ou baixos salários.

Em outro caso alarmante, foi noticiado que inspetores do Ministério da Defesa da Rússia descobriram uma bateria de mísseis SS-25 abandonada. O SS-25 é um míssil balístico intercontinental móvel que leva uma ogiva nuclear. Sua guarnição havia se ausentado do local durante horas, em busca de comida.

Situações similares têm sido divulgadas na comunidade científica russa e nas instalações onde armas nucleares, químicas e biológicas, e materiais a elas associados, são fabricados e armazenados. Os cientistas e engenheiros empregados nessas áreas freqüentemente não recebem seus salários, e em alguns casos, seu governo os abandonou por completo.

Como pessoas desesperadas fazem coisas desesperadas, devemos ficar atentos a qualquer região do mundo onde a fome e a falta de esperança em termos econômicos, prevalecem. Mas quando pessoas desesperadas têm acesso a armas de destruição em massa, não basta ficarmos atentos.

Enquanto eu estudo a ameaça da proliferação das armas de destruição em massa, uma coisa fica cada vez mais clara. Se quisermos ter qualquer chance de impedir a detonação de uma arma de destruição em massa, a prevenção e a dissuasão devem começar na fonte — os depósitos de armas e materiais e os institutos de pesquisa da antiga União Soviética.

Quando a União Soviética começou a se desmembrar em 1991, conhecidos mútuos do lado russo, incluindo alguns elementos das forças armadas, entraram em

contato com o ex-senador Sam Nunn, da Geórgia, e comigo, e chamaram a nossa atenção para os perigos da dissolução de uma superpotência nuclear. A viabilidade de todo o sistema de segurança das suas armas estava sendo questionada. Centenas de toneladas de material apropriado para a fabricação de armas nucleares estavam distribuídas em muitos locais na Rússia e em outros antigos estados soviéticos. Os líderes russos solicitaram a nossa colaboração na busca e proteção do arsenal nuclear russo e de seus materiais que poderiam ser empregados na construção de armas. Isso marcou o início do Programa Nunn-Lugar de Cooperação Para a Redução de Ameaças [Nunn-Lugar Cooperative Threat Reduction Program], que fornece verbas para a desmontagem das armas de destruição em massa na antiga União Soviética.

Embora ainda haja muito o que fazer, os resultados do Programa Nunn-Lugar impressionam. O Programa Nunn-Lugar facilitou a destruição de 365 mísseis balísticos, 343 lançadores de mísseis balísticos, 49 bombardeiros, 136 lançadores de mísseis para submarinos e 30 mísseis balísticos que podiam ser lançados por submarinos. Além disso, o programa lacrou 191 túneis de testes nucleares. O mais notável é que 4.838 ogivas, que estavam em sistemas estratégicos apontados para os Estados Unidos, foram desativadas.

Quando a União Soviética entrou em colapso, a Ucrânia, o Casaquistão e a Bielo Rússia se tornaram, respectivamente, a terceira, a quarta e a oitava maior potência nuclear do mundo. O acréscimo de três estados com armas nucleares teria mudado completamente o panorama geo-estratégico. Sem o Programa Nunn-Lugar, esses países ainda teriam milhares de armas nucleares. Em vez disso, agora todos os três países estão livres de armas nucleares.

Para colocar esses fatos em perspectiva, o Programa Nunn-Lugar desmontou mais armas nucleares do que todas as armas que a Grã-Bretanha, a França e a China possuem, atualmente, em todos os seus estoques e arsenais, somados. Todo esse trabalho foi feito a um custo de menos de um terço de um por cento do orçamento anual de defesa dos Estados Unidos.

Mas as armas nucleares não são a única ameaça de proliferação que vem dos arsenais da antiga União Soviética. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos e a

União Soviética fabricaram enormes estoques de armas químicas. O estoque russo está armazenado em sete locais distribuídos em várias regiões do país, e a sua segurança é afetada pela crise econômica na Rússia.

Não podemos permitir que essas armas sejam roubadas ou vendidas pela melhor oferta.

O Programa Nunn-Lugar está tratando dessa ameaça. Ele deverá começar a construir a primeira instalação para a destruição de armas químicas da Rússia, em um dos maiores locais de armazenamento do país, onde 5.500 toneladas métricas de VX e outros agentes de nervos estão armazenados em granadas de artilharia. Esperamos que a usina de destruição Nunn-Lugar fique pronta até 2003. Quando estiver em funcionamento, ela será capaz de destruir mais de 500 toneladas métricas de armas químicas por ano. Além da destruição de armas químicas, o Programa Nunn-Lugar está também desmontando as instalações onde as armas químicas foram produzidas.

No decorrer dos últimos anos, começamos a aprender cada vez mais a respeito do programa de armas biológicas da antiga União Soviética. Em novembro do ano passado, eu participei de uma reunião de três horas com os diretores de 13 antigas instalações civis utilizadas na fabricação de armas biológicas, em várias regiões da Rússia. Esses homens estiveram profundamente envolvidos com o programa de armas biológicas da antiga União Soviética. Eles falaram sobre a sua atual situação: estão sem receber salários e foram abandonados por Moscou. Eles falaram, também, das suas esperanças de estabelecer relações de cooperação com os seus colegas ocidentais. O Programa Nunn-Lugar está, no momento, envolvido em oito projetos piloto nesses institutos civis de pesquisa biológica. É preciso dar continuidade aos nossos esforços para prevenir a emigração das melhores mentes que estiveram envolvidas com os mais mortais programas de armamento.

Nossos programas não serão perfeitos. A simples ordem de grandeza e a abrangência das nossas iniciativas fazem com que seja impossível ter um histórico perfeito nessa questão. Podemos perder alguns dos milhares de indivíduos envolvidos nesses programas. Alguns podem imigrar para nações não confiáveis e dar continuidade às suas antigas atividades. Mas nós temos um

compromisso com o povo americano e com o resto do mundo: devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para reduzir essas ameaças.

O Programa Nunn-Lugar não é ajuda externa. Ele utiliza firmas americanas para desmontar armas da antiga União Soviética. Oitenta e quatro por cento das verbas do Programa Nunn-Lugar foram destinadas a firmas americanas, para que elas executassem as operações de desmontagem na antiga União Soviética. Para garantir que as verbas do Programa Nunn-Lugar estão sendo utilizadas para a finalidade a que se destinam, mais de 70 auditorias e inspeções foram executadas. Os relatórios dessas atividades indicam que as verbas estão sendo utilizadas para operações aprovadas de desmontagem.

O plano do governo, de aumentar as verbas alocadas ao programa Nunn-Lugar e outros programas a ele associados, em aproximadamente 65 por cento no decorrer dos próximos cinco anos é uma prova do seu valor e das suas contribuições para a segurança nacional dos Estados Unidos. O motivo é claro. As condições na Rússia estão piorando. O colapso da economia russa em agosto de 1998 agravou muitos problemas.

A questão fundamental é se há vontade política suficiente nas capitais ocidentais, particularmente no Congresso dos Estados Unidos, para dedicar os recursos suficientes a esses programas. Se nós não estivermos dispostos a dedicar os recursos necessários, o tempo e a liderança internacional necessária para controlar, regulamentar, e de modo geral limitar essa ameaça, a tarefa da defesa do nosso território se tornará muito mais difícil e pode até se tornar impossível.

Acredito que os Estados Unidos e seus aliados estão tendo uma oportunidade para reduzir o perigo de as armas de destruição em massa da antiga União Soviética caírem nas mãos de estados não confiáveis e grupos de terroristas. Não devemos desperdiçar esta oportunidade. No passado, as grandes potências nunca tiveram a oportunidade de trabalhar com um antigo adversário para remover uma ameaça que os confrontasse. Com visão pluripartidária, habilidade política, e paciência, podemos fazer isso, e assegurar que o mundo será mais seguro para nós e para os nossos filhos. ©

OS CUSTOS DAS ARMAS NUCLEARES NO SUL DA ÁSIA

Peter R. Lavoy



Com a continuidade dos combates na Caxemira, "o risco de outra guerra convencional entre a Índia e o Paquistão parece ser o maior já visto," diz Lavoy. Mesmo se a Índia e o Paquistão conseguirem estabelecer uma situação de dissuasão nuclear, o resultado será, para cada indiano e paquistanês, o risco de viver sob a ameaça da aniquilação nuclear." Lavoy é o diretor de política contra a proliferação no escritório do secretário de Defesa.

Os testes nucleares conduzidos pela Índia e Paquistão em maio de 1998 tiveram amplo e veemente apoio nos respectivos países. Os patriotas indianos e paquistaneses tinham muito o que comemorar: seus cientistas haviam superado grandes obstáculos políticos, financeiros, e técnicos para conseguir fazer o que somente cinco outros estados haviam feito: desenvolver e detonar bombas nucleares. O fato de os seus líderes terem autorizado esses testes, apesar das fortes pressões políticas internacionais, incluindo a ameaça de sanções econômicas, somente serviu para aguçar o fervor nacionalista na Índia e no Paquistão. Um ano e meio depois das explosões em Pokhran e nas Colinas de Chagai, no entanto, a confusão e a ansiedade do público superaram a euforia. Choques militares que mais se parecem com uma guerra propriamente dita, na Caxemira, fazem com que até os mais entusiasmados defensores dos armamentos nucleares questionem a utilidade da dissuasão nuclear, ou até mesmo se tal dissuasão realmente existe no sul da Ásia. E, levando em consideração a enorme pobreza, as economias ultrapassadas e governos frágeis, os indianos e os paquistaneses agora se perguntam, prudentemente, se podem custear sua cada vez mais intensa corrida armamentista.

Autoridades governamentais em Nova Delhi e Islamabad insistem em afirmar que não se deve economizar quando se trata de garantir a segurança nacional. O desenvolvimento de armas e mísseis nucleares, eles argumentam, é necessário para deter a hostilidade e a coação estrangeira. Essa observação poderia estar correta: a dissuasão nuclear poderia

estimular a paz e a segurança no sul da Ásia. Mas, pode também falhar. A Índia e o Paquistão poderiam se arrastar para uma quarta guerra convencional — a qual, por sua vez, poderia se transformar em uma guerra nuclear. Ou, como a experiência soviética revela, o custo de se criar e manter um instrumento de dissuasão nuclear convincente pode se elevar a ponto de levar à falência os governos e as sociedades que patrocinam o desenvolvimento das armas de destruição em massa. A conclusão inevitável é que a Índia e o Paquistão podem estar ameaçando a sua futura prosperidade, bem como o seu prestígio e segurança, em troca de ganhos discutíveis.

O FARDO ECONÔMICO DA DISSUAÇÃO NUCLEAR

Não é fácil calcular os custos ou benefícios dos programas nucleares da Índia e do Paquistão. Citando a necessidade de segurança, Nova Delhi e Islamabad se recusam a revelar o que gastam em armas nucleares ou em sistemas de lançamento. No entanto, tendo com base a os custos prováveis de mão-de-obra, instalações e materiais, pode-se estimar que cada país alocou mais de 1 bilhão de dólares ao projeto e à manufatura de uma pequena quantidade de mísseis capazes de levar armas nucleares (Prithvi e Agni, na Índia, Ghauri e Shaheen, no Paquistão). Cada país provavelmente gastou cinco vezes esse valor com a produção de materiais físséis e a manufatura de algumas armas nucleares. Esses são apenas alguns dos custos envolvidos nos seus programas emergentes de armas e mísseis nucleares. Uma coisa que causa maior preocupação é o preço que Islamabad e

Nova Delhi têm que pagar para estabelecer forças de dissuasão nuclear que imponham respeito e que seja seguras, no futuro.

O especialista em defesa da Índia, K. Subrahmanyam revela que em 1985, as forças armadas indianas atribuíram a vários oficiais e cientistas a tarefa de calcular os gastos necessários para um "programa equilibrado de dissuasão". Eles estimaram que uma força de ogivas com uma pequena quantidade de armas, porém na faixa dos três dígitos, com aviões e sistemas de lançamento por meio de mísseis, custaria 70 bilhões de rúpias (180 bilhões em rúpias de 1999, ou 5 bilhões de dólares). O primeiro-ministro Rajiv Gandhi evidentemente rejeitou essa opção por causa da despesa. Ironicamente, a decisão, por parte do atual governo, de criar uma força mínima de dissuasão custará muito mais. Analistas indianos calculam que Nova Delhi precisará gastar 1 bilhão de dólares por ano nos próximos 10 anos, para posicionar uma força de dissuasão como a que pensou em ter em 1985. O custo, para o Paquistão, de montar um arsenal similar para fins de dissuasão seria um pouco inferior devido ao fato de que o país conta mais com fornecedores estrangeiros.

Este nível de gastos públicos pode parecer razoável quando comparado com os mais de 400 bilhões de dólares que os Estados Unidos teriam pago entre 1940 e 1996 para fabricar armas nucleares. Mas a construção de bombas consumiu apenas sete por cento do custo total do programa de armas nucleares dos Estados Unidos. Washington teria gasto mais de 3 trilhões de dólares no posicionamento de armas, quase 1 trilhão de dólares na determinação de alvos nucleares e comando e controle, mais um trilhão de dólares em defesas contra ameaças nucleares, e aproximadamente 400 milhões de dólares com a desmontagem de bombas antigas, com o gerenciamento dos resíduos nucleares, e com a recuperação do meio ambiente. A Índia e o Paquistão estão, sem dúvida, embarcando em uma viagem de enormes — e parcialmente ocultos — custos financeiros.

A Índia e o Paquistão podem ter condições de financiar seus programas de dissuasão, por mais extravagantes que eles possam ser, mas ao custo de quais oportunidades? Embora eles tenham setores industriais relativamente

modernos, com competência em energia nuclear, desenvolvimento de mísseis, produção de armamentos (e, no caso da Índia, exploração do espaço, comunicações via satélite e projeto de software), a Índia e o Paquistão são afetados por uma pobreza que está entre as piores do mundo. As sociedades dos dois países sofrem com altíssimos índices de desemprego, infraestrutura obsoleta, o custo da alimentação cada vez mais alto, e um baixo padrão de vida. O PIB (Produto Interno Bruto) per capita na Índia, em 1998, que é de 390 dólares, está entre os mais baixos do mundo; o índice do Paquistão só é ligeiramente melhor. De acordo com uma estimativa da Índia, um único míssil Agni custa o equivalente ao custo operacional anual de 13.000 centros de saúde. Mais de 3.000 residências custeadas pelo governo poderiam ser construídas pelo preço de uma ogiva nuclear. As despesas necessárias para o desenvolvimento da força de dissuasão "mínima" da Índia, poderiam bancar 25 por cento dos custos anuais de se enviar todas as crianças indianas à escola. Quase todas as crianças paquistanesas poderiam receber educação e alimentação pelo custo do arsenal de bombas e mísseis nucleares que está sendo criado para a sua "proteção."

Os setores energéticos sofrem diretamente com a corrida armamentista nuclear. Se a Índia e o Paquistão abandonarem seus programas de dissuasão nuclear, assinarem o Tratado de Não-Proliferação Nuclear [Nuclear Non-Proliferation Treaty] (NPT) como nações que não possuem armas nucleares, e aceitarem salvaguardas integrais nas suas indústrias nucleares civis de energia, os benefícios em termos de energia seriam tremendos. Quinze anos atrás, as autoridades da Energia Atômica Indiana [Indian Atomic Energy] planejavam produzir 10.000 megawatts de energia nuclear instalada até o ano 2000. Os 10 velhos reatores da Índia, agora, produzem somente um quinto desse valor. Embora a produção de energia nuclear tenha utilizado recursos limitados por mais de quatro décadas, ela gera menos de três por cento de todo o consumo de energia da Índia. No Paquistão, onde déficits de energia vêm atrasando o crescimento econômico há anos, a situação é pior. A China, recentemente, construiu um reator de 300 megawatts em Chashma, mas se esta instalação for usada para fins militares a única fonte de energia nuclear do Paquistão continuará sendo a usina

de energia nuclear de Karachi, que tem 34 anos de idade, e que produz menos de 100 megawatts de eletricidade anualmente. Como membros de prestígio do NPT, a Índia e o Paquistão poderiam conseguir injeções críticas de capital e tecnologia, para dar um empurrão nas suas frágeis indústrias de energia nuclear. Este investimento poderia estimular o crescimento econômico e diminuir a dependência de fontes de energia importadas, realçando, portanto, a segurança nacional.

OS CUSTOS MILITARES CONVENCIONAIS TAMBÉM ESTÃO CRESCENDO

O dilema dos canhões x manteiga é uma das maneiras de avaliar os custos da concorrência de armas nucleares no sul da Ásia. Outra maneira é o dilema dos canhões x canhões. Os indianos e paquistaneses que defendem as armas nucleares argumentam que o desenvolvimento de forças de dissuasão nuclear fará com que o acúmulo de forças militares convencionais se torne desnecessário e reduzirá os custos com a defesa, de modo geral. No entanto, os gastos da Índia com a defesa cresceram em 11 por cento após os testes; os gastos do Paquistão também cresceram. E a experiência recente sugere que os gastos militares convencionais provavelmente crescerão mais ainda, ao lado do custo crescente das armas e mísseis nucleares.

Durante o verão de 1999, tropas da Índia e Paquistão (e rebeldes que lutavam a favor do Paquistão) travaram as mais violentas batalhas da história das montanhas da Caxemira. Os jornalistas afirmam que cada lado perdeu mais de 1.000 vidas. Em termos financeiros, a mídia local diz que as despesas diárias das operações militares da Índia estão na faixa de 3 a 6 milhões de dólares. Embora os custos do Paquistão provavelmente sejam inferiores devido ao fato de que as tropas dedicadas às operações são menos numerosas, eles também são onerosos. Para compensar a despesa de efetuar operações militares na área de Kargil, o parlamento da Índia autorizou a concessão de uma verba de emergência de 135 milhões de dólares para a compra de material bélico, hardware e roupas adequadas para grandes altitudes. O custo do conflito na Caxemira ainda está crescendo. Os combates decresceram após terem atingido o seu pico no verão de 1999, mas não acabaram. Os políticos indianos e paquistaneses

declaram que arcarão com as necessidades financeiras das suas forças armadas, para recompletar equipamentos e munição, e para se preparar para mais conflitos.

Os combates em Kargil mostram que a dissuasão nuclear entre a Índia e o Paquistão é instável, se é que existe. Os custos econômicos deste conflito também dão uma idéia dos sérios prejuízos que ambas as economias terão no caso de uma guerra generalizada. As grandes despesas com as forças armadas que uma guerra mais abrangente determinaria, resultariam em um aumento na taxa de juros e na inflação, e a destruição que a guerra causaria às instalações industriais e de infra-estrutura reduziria a produtividade e causaria uma perda de divisas estrangeiras que já se encontram em um nível bem baixo. A ameaça de continuação das hostilidades ou o colapso da ordem interna em partes da Índia ou do Paquistão desencorajaria os investimentos externos e a assistência financeira que é crucial para o crescimento econômico a longo prazo e para o desenvolvimento, em cada um dos países. Resumindo, uma guerra convencional poderia arruinar a Índia e o Paquistão. É impossível calcular os custos humanos e econômicos de uma guerra nuclear.

CRESCENTES CUSTOS POLÍTICOS, DOMÉSTICOS E INTERNACIONAIS

O custo político que a Índia e o Paquistão terão que pagar para se tornarem potências nucleares pode se equiparar ao fardo econômico. Ironicamente, o prestígio interno dos governos da Índia e do Paquistão atualmente, é inferior ao que era antes dos testes. Considerando as manifestações de orgulho e apoio que foram vistas em toda a região sul da Ásia em maio do ano passado, é interessante observar que o governo de coalizão liderado pelo Partido Bharatiya Janata (BJP), da Índia, caiu em menos de um ano após os testes. O BJP perdeu apoio porque ele não conseguiu implementar reformas econômicas cruciais, e foi incapaz de impedir o aumento dos preços dos alimentos. Os líderes da oposição criticaram o desvio, para o programa nuclear, de recursos que poderiam ser melhor aproveitados para atender às necessidades humanas básicas. Previsivelmente, a dissuasão nuclear é menos importante para a população da Índia do que água limpa e alimentos a preços acessíveis.

Os mesmos princípios se aplicam ao Paquistão, onde a oposição ao primeiro ministro Nawaz Sharif cresceu após os testes e após o fiasco em Kargil. Os líderes do Partido do Povo do Paquistão [Pakistan People's Party] agora estão questionando a necessidade de executar testes nucleares se um equilíbrio de terror não pode ser atingido. Na província onde os testes foram conduzidos, o Partido Nacional Baluchistan [Baluchistan National Party] critica a política nuclear do governo porque ela desvia recursos escassos do desenvolvimento, para gastá-los em defesa. O partido da maioria na Província da Fronteira do Noroeste do Paquistão [Northwest Frontier Province] também condena essas políticas.

Internacionalmente, os testes nucleares produziram reações indignadas na maior parte do mundo e resultaram em sanções onerosas. Os cinco países que são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU criticaram as políticas nucleares da Índia e do Paquistão, da mesma forma que o Grupo dos Oito países industrializados, os principais países não-alinhados, e muitos outros. Os Estados Unidos, o Japão, a Austrália e outras nações impuseram onerosas sanções econômicas e comerciais contra os dois países do sul da Ásia. Com novas restrições sobre o comércio dos Estados Unidos com todas as entidades "envolvidas em atividades nucleares ou associadas a mísseis," os esforços de dupla utilização, e os esforços militares convencionais de dezenas de firmas indianas e paquistanesas com certeza serão prejudicados. Embora o impacto total dessas sanções seja incerto, a confiança dos investidores internacionais na Índia e no Paquistão, e o fluxo de capital para os dois países diminuíram muito. Se a Índia e o Paquistão esperavam que os testes nucleares resultariam em uma melhoria da sua posição e prestígio, em nível internacional, os resultados devem ter sido decepcionantes.

AUMENTO DOS RISCOS MILITARES

A continuidade da luta pela Caxemira e a derrubada de aeronaves em outras áreas indicam que a dissuasão nuclear ainda não ocorreu no sul da Ásia. O risco de outra guerra convencional entra a Índia e o Paquistão parece ser o mais alto já visto, e além disso, houve uma deterioração nas relações entra a Índia e a China. Além desses problemas, há novos riscos de uso acidental ou inadvertente de armas nucleares por causa dos sistemas de comando e controle rudimentares e das doutrinas nucleares mal definidas. E, mesmo se a Índia e o Paquistão conseguirem estabelecer uma situação de dissuasão nuclear, o resultado será, para cada indiano e paquistanês, o risco de viver sob a ameaça da aniquilação nuclear. Sejam bem-vindos ao clube nuclear.

SEGURANÇA E PROSPERIDADE SEM ARMAS NUCLEARES

Como disse o vice-secretário de Estado dos Estados Unidos, Strobe Talbot, "a Índia e o Paquistão precisam de segurança, merecem segurança, e têm do direito de determinar o que é necessário para conseguir a segurança." Há meios pelos quais a Índia e o Paquistão podem fortalecer a sua segurança sem posicionar armas e mísseis nucleares? Considerando o histórico perigoso e caro da corrida armamentista entre a União Soviética e os Estados Unidos, os enormes custos políticos e sociais dos programas de dissuasão da Índia e do Paquistão, e o risco, cada vez maior, de guerra nuclear no sul da Ásia, a Índia e o Paquistão devem fazer todos os esforços possíveis para procurar meios não-nucleares de garantir a sua segurança. E, todos os estados envolvidos devem ajudá-los a conseguir essa segurança. ●

PREVENINDO A DISSEMINAÇÃO DE ARMAS PERIGOSAS NO IRAQUE E NO IRÃ

Bruce O. Riedel



Permitir a disseminação de armas de destruição em massa no Iraque e no Irã significa "comprometer a segurança e a estabilidade" em todo o Oriente Médio, diz Riedel. "Trabalhando em estreita colaboração com nossos amigos e aliados, e adotando uma abordagem paciente, de longo prazo, os Estados Unidos atingirão o objetivo de coibir a proliferação das armas de destruição em massa, mudando os comportamentos de estados perigosos, e dessa forma assegurando os nossos interesses vitais em uma das regiões de maior importância estratégica do mundo." Riedel é assessor especial do presidente e diretor sênior do Conselho de Segurança Nacional para questões referentes ao Oriente Próximo e ao Sul da Ásia.

Quando o presidente Clinton foi eleito em 1992, seu governo reconheceu, imediatamente, a importância estratégica da região do Golfo Pérsico e identificou duas grandes ameaças à estabilidade e à segurança na região — o Irã e o Iraque. Nas duas últimas décadas, os dois países tentaram, de forma agressiva, construir seus arsenais de armas nucleares, químicas e biológicas, e esse esforço criou muita instabilidade e incerteza em uma região explosiva do mundo. Um dos mais importantes objetivos da política externa dos Estados Unidos no Oriente Médio tem sido prevenir a disseminação das armas de destruição em massa (WMD) no Iraque e no Irã.

IRAQUE

Com o presidente Saddam Hussein no poder, o Iraque continua sendo um dos países mais perigosos do mundo. Nas duas últimas décadas, ele deu início a duas guerras que ceifaram centenas de milhares de vidas, na tentativa de dominar o Golfo Pérsico. Nessas duas guerras, ele lançou mísseis balísticos contra cinco dos seus vizinhos, e no decorrer das últimas décadas, ele usou, várias vezes, armas químicas contra o seu próprio povo e contra seus vizinhos. O Iraque de Saddam Hussein tem demonstrado, sistematicamente, que é incapaz de ser um membro responsável da comunidade internacional.

No final da Guerra do Golfo, em 1991, a comunidade internacional deu ao Iraque uma oportunidade de mudar de comportamento. A Resolução no 687 do Conselho de Segurança da ONU definia uma série de

requisitos para a suspensão das sanções impostas em 1990, quando o Iraque invadiu o Kuwait. Uma das mais importantes exigências era que o Iraque abandonasse seus programas para o desenvolvimento de armas de destruição em massa e mísseis de longo alcance. Para desarmar e monitorar esse regime particularmente perigoso, a comunidade internacional criou a Comissão Especial da ONU [UN Special Commission] (UNSCOM) em 1991.

O Iraque se recusou a cooperar com os inspetores da UNSCOM que foram enviados para destruir o seu arsenal de WMD, e criou, em vez disso, um complexo mecanismo para esconder suas armas. Apesar dessa campanha de distorção da verdade, a UNSCOM forçou o Iraque a declarar e destruir, entre outras coisas, quase 40.000 armas químicas, quase 700 toneladas de agentes de armas químicas, 48 mísseis operacionais, 30 ogivas equipadas com armas químicas e biológicas, um programa de centrífuga nuclear e uma grande instalação industrial cujo objetivo era produzir o antraz. A UNSCOM destruiu mais armas do que a operação Tempestade no Deserto.

Apesar desse sucesso, a questão da capacidade do Iraque de produzir WMD continua sendo motivo de muita preocupação. Os Estados Unidos continuam a adotar uma posição segundo a qual as inspeções de armamentos conduzidas por profissionais especializados são a única maneira aceitável de se certificar de que o Iraque está em conformidade com as resoluções da ONU. Mas após dois anos de repetidas crises, e promessas não cumpridas pelo Iraque, em 1997 e 1998,

em dezembro de 1998, ficou claro que o Iraque não permitiria que os inspetores fizessem o seu trabalho do jeito que ele precisa ser feito. Inspetores sem acesso, sem os documentos necessários e sem um parceiro disposto a cooperar, não podem fazer o seu trabalho.

Os Estados Unidos não apóiam um regime espúrio de controle de armamentos, e enquanto não forem estabelecidas inspeções legítimas de armamentos, os Estados Unidos continuarão a manter uma postura enérgica, de força, na região. O país está preparado para usar tal força, se o Iraque tentar reconstituir as suas armas de destruição em massa. Enquanto isso, estamos trabalhando com os nossos parceiros do Conselho de Segurança da ONU para criar uma nova organização de inspeção e monitoração de armamentos, a qual, quando o Iraque estiver disposto a cooperar, será capaz de verificar de uma vez por todas, se o Iraque está, de fato, desarmado.

Nos últimos nove anos, os Estados Unidos têm liderado um esforço internacional no sentido de pressionar o Iraque, para que ele cumpra inteiramente todas as resoluções do Conselho de Segurança da ONU, usando uma combinação de sanções, diplomacia e força, para manter esse perigoso regime sob controle e limitar sua capacidade de ameaçar a paz e a estabilidade na região. O resultado é que Saddam Hussein está isolado, seu regime está enfraquecido e a região está mais segura. Mas o trabalho ainda não terminou. A comunidade internacional ainda tem uma tarefa a cumprir: manter esse regime extremamente perigoso sob controle e impedi-lo de construir um arsenal de armas perigosas, até que o Iraque tenha um governo digno do seu próprio povo.

Na verdade, como Saddam Hussein deixou claro que ele não abrirá mão das suas armas de destruição em massa condenadas, e que ele as usará — contra seus vizinhos e contra o seu próprio povo — os Estados Unidos estão trabalhando para ajudar os iraquianos que querem mudar o regime em Bagdá. Por nove anos, o regime de Saddam Hussein tem trapaceado, mentido e agido de maneira hipócrita, para tentar manter o seu arsenal de WMD. Durante esse período, o Iraque deixou de receber aproximadamente 120 bilhões de dólares em vendas de petróleo por se recusar a abrir mão dos seus programas de armas condenadas. É óbvio que enquanto Saddam Hussein estiver no poder em

Bagdá, a vital região do Golfo nunca estará livre da ameaça das armas de destruição em massa.

O objetivo dos Estados Unidos é ver um Iraque forte e saudável de volta à comunidade das nações e vê-lo cumprir o seu papel apropriado nas questões internacionais e regionais. A América e o Iraque já trabalharam em estreita parceria no passado, e podem ser parceiros e amigos novamente no futuro. Os Estados Unidos permanecerão prontos para trabalhar com um novo governo em Bagdá, quando tal governo assumir o poder. Se Saddam Hussein for substituído por um governo que esteja pronto para cumprir as resoluções da ONU, se desarmar e viver em paz com os seus vizinhos e com o seu próprio povo, os Estados Unidos tomarão providências para a suspensão das sanções. Os Estados Unidos encorajarão investimentos americanos e procurarão meios de aliviar as dívidas de guerra de Saddam Hussein, da ordem de 100 bilhões de dólares.

Mas até então, os Estados Unidos continuarão a liderar os esforços para impedir Saddam Hussein de ameaçar a estabilidade e a segurança da região do Golfo, construindo os arsenais iraquianos de armas de destruição em massa.

IRÃ

Assim como o Iraque, o Irã também tem ameaçado a estabilidade e a segurança na região, tentando construir seus arsenais de armas de destruição em massa. Apesar de ter assinado o Tratado de Não-Proliferação Nuclear [Nuclear Non-Proliferation Treaty] e a Convenção Sobre Armas Químicas [Chemical Weapons Convention], o Irã tem trabalhado para desenvolver um arsenal de armas nucleares, químicas e biológicas, e os mísseis para lançá-las. Os Estados Unidos reconhecem que o Irã, como todos os estados, está interessado na sua própria segurança, mas isso não justifica o desenvolvimento de armas de destruição em massa. O esforço do Irã para construir essas armas só resultou no crescimento da instabilidade e no aumento da probabilidade de uma corrida armamentista na região.

O Irã tem obtido bastante sucesso nos seus esforços. Em 1998, o Irã testou o Shahab III, um míssil balístico capaz de lançar ogivas a 1.280 quilômetros. Há informações de que o país está desenvolvendo um míssil com um alcance ainda maior. Esses fatos representam

ameaças significativas em potencial, para as forças dos Estados Unidos e seus aliados no Oriente Médio, e podem servir de estopim para corridas armamentistas ainda mais perigosas em toda a região. A iniciativa do Irã, de construir suas armas de destruição em massa e desenvolver mísseis balísticos de longo alcance é um desafio significativo para o objetivo, dos Estados Unidos, de criar um Oriente Médio livre de tais armas.

Além das tentativas do Irã, de projetar sua influência regional através do desenvolvimento dessas armas, os Estados Unidos continuam seriamente preocupados com o contínuo apoio prestado pelo Irã ao terrorismo e fato de que ele vem patrocinando a oposição violenta ao processo de paz no Oriente Médio. Apesar das garantias de que o Irã se opõe ao terrorismo, continuamos vendo provas de que o Irã ainda fornece armas, dinheiro, treinamento e guarida a organizações terroristas como Islamic Jihad, Hezbollah e Hamas. É por isso que tantos vizinhos do Irã demonstram desconfiança em relação às intenções do Irã, apesar das mudanças introduzidas pelo presidente Mohammad Khatami.

Os Estados Unidos darão continuidade à sua política de sanções econômicas, até o Irã começar a modificar suas políticas que violam normas internacionais, ameçam os nossos interesses e comprometem a segurança e a estabilidade na região do Golfo e no Oriente Médio. O objetivo das sanções é impedir que o Irã tenha acesso aos recursos para desenvolver armas de destruição em massa e apoiar o terrorismo. As sanções também demonstram, para os líderes do Irã, que o preço que se paga por adotar essas políticas é alto.

Além disso, os Estados Unidos cumprirão as leis, promulgadas pelo Congresso, com a intenção de encorajar outros países a restringir as transferências de

tecnologia para o Irã, e a ter mais cuidado e disciplina no que se refere aos seus negócios com o Irã. Uma das maiores prioridades do governo Clinton tem sido impedir o Irã de adquirir as tecnologias e os materiais necessários ao desenvolvimento de armas de destruição em massa e sistemas de mísseis. Já tivemos sucesso, com a China e com a Ucrânia, no que se refere a restringir a cooperação nuclear. O governo russo já tomou algumas medidas para bloquear a cooperação que o Irã vem recebendo de empresas russas, para o seu programa de mísseis de longo alcance Shahab. Mas isso ainda não é o bastante.

O desenvolvimento de armas de destruição em massa não aumentará a própria segurança do Irã e não fortalecerá a estabilidade no Golfo Pérsico — o resultado será justamente o oposto. Por esse motivo, os Estados Unidos se mantêm firmes na sua posição para prevenir a disseminação de WMD no Irã.

CONCLUSÃO

Permitir a disseminação de armas de destruição em massa no Iraque e no Irã significa comprometer a segurança e a estabilidade em toda a região. Durante anos de contínuo trabalho na área diplomática, os Estados Unidos desenvolveram um nível de confiança com países-chave no Oriente Médio. Trabalhando em estreita colaboração com nossos amigos e aliados, e adotando uma abordagem paciente, de longo prazo, os Estados Unidos atingirão o objetivo de coibir a proliferação das armas de destruição em massa, mudando os comportamentos de estados perigosos, e dessa forma assegurando os nossos interesses vitais em uma das regiões de maior importância estratégica do mundo. ©

Enfrentando o Desafio da Proliferação: AVISO SOBRE ARTIGOS

Almeida, Pedro; O'Hanlon, Michael. IMPASSE IN KOREA: A CONVENTIONAL ARMS-ACCORD SOLUTION? (Survival, vol. 41, no. 1, Spring 1999, pp. 58-72)

Observando que a Estrutura do Acordo [Agreed Framework] com a Coréia do Norte "pode não sobreviver a 1999," os autores propõem um tratado de redução de armas convencionais baseado, em princípio, no Tratado das Forças Armadas Convencionais na Europa [Conventional Armed Forces in Europe (CFE) Treaty]. A proposta determina a suspensão dos testes de mísseis da Coréia do Norte, a total conformidade com o acordo referente ao reator nuclear e a criação de um mecanismo para inspeções in loco. Em contrapartida, Pyongyang receberia uma ajuda econômica significativa durante um período de cinco a dez anos (principalmente do Japão) e as sanções impostas pelos Estados Unidos seriam suspensas.

Graeves, Rebecca K. RUSSIA'S BIOLOGICAL WEAPONS THREAT (Orbis, vol. 43, issue 3, pp. 479-492)

Há provas de que está havendo um trabalho contínuo de pesquisa e desenvolvimento na área de armas bacteriológicas na Rússia, diz Graeves. Ela menciona a possível exportação, para o Iraque e para o Irã, de materiais que podem ser usados na produção de armas biológicas, e o perigo de defecção de cientistas russos, com especialização em armas biológicas, para regimes não confiáveis. Os Estados Unidos devem "se assegurar, de uma vez por todas, do encerramento" do programa de armas biológicas da Rússia, e forçar o seu desmantelamento, se necessário, em conformidade com o Artigo VI da BWC, ela diz.

Krepon, Michael. MISSILE DEFENSE: NOT SUCH A BAD IDEA (Bulletin of the Atomic Scientists, vol. 55, n.º 3, May/June 1999, pp. 31-33)

O fim da Guerra Fria trouxe consigo uma mudança na realidade, na área nuclear, que segundo Krepon argumenta, deveria também mudar os termos de discussão sobre o posicionamento de sistemas nacionais limitados de

As observações acima fazem parte de um Aviso Sobre Artigos mais completo, que se encontra disponível na home page do Serviço de Divulgação dos Estados Unidos: "http://www.usia.gov/admin/001/wwwhapub.html".

defesa contra mísseis. Krepon diz que tais sistemas poderiam, na verdade, "estimular a coesão da aliança, fortalecer os regimes de não-proliferação, e fazer frente a ameaças de coação." A seguir ele procura refutar os argumentos daqueles que se opõem a tais sistemas, concluindo que "o ponto crucial do problema...é uma tecnologia da Guerra Fria, que não está sujeita a restrições" e que continua "a comprometer os esforços para se fazer cortes profundos, bem como construir defesas eficazes."

Parachini, John V.; Birmingham, Tom. THE CTBT SPECIAL CONFERENCE ON ENTRY INTO FORCE (The Nonproliferation Review, vol. 6, n.º 3, Spring/Summer 1999, pp. 108-121)

O evento que se avizinha, a Conferência Especial Para a Entrada em Vigor (EIF) do Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares (CTBT) [Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty (CTBT) Entry Into Force (EIF) Special Conference], tem como objetivo, dar partida no processo de entrada em vigor, dando um lugar de destaque ao tratado, na lista global de prioridades, dizem os autores. No entanto, "para que a conferência seja um sucesso será necessário tomar decisões sábias a respeito do local, dos participantes, dos caminhos alternativos à EIF, e medidas para expandir a abrangência das normas a respeito das armas nucleares."

A Report of the Committee on Nuclear Policy. JUMP-START: RETAKING THE INITIATIVE TO REDUCE POST-COLD WAR DANGERS (Arms Control Today, vol. 29, January/February 1999, pp. 15-19)

O Comitê de Política Nuclear [Committee on Nuclear Policy] (CNP), neste relatório, assegura que o processo das Negociações para a Redução de Armas Estratégicas [Strategic Arms Reduction Talks] (START) deve ser fortalecido por meio de ações imediatas, paralelas e recíprocas" para tratar diretamente das novas realidades nucleares do período posterior à Guerra Fria. O comitê insiste para que o governo Clinton reduza as forças nucleares a níveis muito inferiores àqueles que são atualmente previstos em conformidade com o tratado START III. Ele também pede que os Estados Unidos "iniciem discussões entre os cinco estados possuidores de armas nucleares sobre a possibilidade de remover, comprovadamente, todas as forças nucleares de um estado

de alerta que pode ser acionado com demasiada facilidade.”

Weiss, Kenneth G. DANGER AND OPPORTUNITY: THE UNITED STATES, NONPROLIFERATION, AND SOUTH ASIA (Comparative Strategy, vol. 18, nº. 2, April/June 1999, pp. 137-151)

Os testes nucleares conduzidos pela Índia e pelo Paquistão representam, ao mesmo tempo, perigos e oportunidades para os Estados Unidos no sul da Ásia, diz Weiss. Um perigo é que a "Índia e o Paquistão podem se tornar fornecedores de armas de destruição em massa (WMD) e da tecnologia dos mísseis a elas relacionados, para outros países." No entanto, essa crise também cria oportunidades para os Estados Unidos resolverem problemas sérios de não-proliferação no sul da Ásia, fortalecer os regimes de não-proliferação e os controle de exportações a eles relacionados e renovar a ênfase nos acordos de controle de armamentos, ele diz. ©

Enfrentando o Desafio da Proliferação:
BIBLIOGRAFIA

Anderson, James H. AMERICA AT RISK: THE CITIZEN'S GUIDE TO MISSILE DEFENSE. Washington: Heritage Foundation, 1999. 116p.

Carnegie Endowment for International Peace. CHINA'S CHANGING NUCLEAR POSTURE: REACTIONS TO THE SOUTH ASIAN NUCLEAR TESTS. Washington: The Endowment, April 1999. 87p.

Carter, Ashton; Perry, William. PREVENTIVE DEFENSE: A NEW SECURITY STRATEGY FOR AMERICA. Washington: Brookings Institution Press, 1999. 256p.

Commission to Assess the Organization of the Federal Government to Combat the Proliferation of Weapons of Mass Destruction. COMBATING PROLIFERATION OF WEAPONS OF MASS DESTRUCTION. Washington: The Commission, July 1999. 174p.

Fetter, Steve. THE FUTURE OF NUCLEAR ARMS CONTROL. College Park: School of Public Affairs, University of Maryland. Paper prepared for the American Physical Society Centennial Symposium on the History of Physics in National Defense, Atlanta, May 1999. 9p.

Fisher, Dr. Cathleen S. REFORMATION AND RESISTANCE: NONGOVERNMENTAL ORGANIZATIONS AND THE FUTURE OF NUCLEAR WEAPONS (REPORT Nº 29). Washington: The Henry L. Stimson Center, 1999. 108p.

Lederberg, Joshua, ed. BIOLOGICAL WEAPONS: LIMITING THE THREAT. Cambridge, MA: MIT Press, 1999. 300p.

Lee, Rensselaer W. SMUGGLING ARMAGEDDON: THE NUCLEAR BLACK MARKET IN THE FORMER SOVIET UNION AND EUROPE. New York: St. Martin's Press, 1999. 256p.

Lewis, George; Gabbitas, Andrea. WHAT SHOULD BE DONE ABOUT TACTICAL NUCLEAR WEAPONS? Washington: Atlantic Council, March 1999. 37p.

Mendelsohn, Jack. MISSILE DEFENSE: AND IT STILL WON'T WORK (Bulletin of the Atomic Scientists, vol. 55, nº 3, May/June 1999, pp. 29-31)

Mueller, John; Mueller, Karl. SANCTIONS OF MASS DESTRUCTION (Foreign Affairs, vol. 78, nº 3, May/June 1999, pp. 43-53)

Perkovich, George. INDIA'S NUCLEAR BOMB. Berkeley: University of California Press, 1999. 673p.

Talbott, Strobe. DEALING WITH THE BOMB IN SOUTH ASIA (Foreign Affairs, vol. 78, nº 2, March/April 1999, pp. 110-122)

Turner, Stansfield. CAGING THE GENIES: A WORKABLE SOLUTION FOR NUCLEAR, CHEMICAL, AND BIOLOGICAL WEAPONS. Boulder, CO: Westview Press, 1999. 196p.

U.S. Congress. Senate. Committee on Foreign Relations. CHINESE MISSILE PROLIFERATION. Washington: Government Printing Office, June 1998. 34p.

U.S. Department of State. HIDDEN KILLERS: THE GLOBAL LANDMINE CRISIS. Washington: The Department, 1998. 126p.

U.S. General Accounting Office. WEAPONS OF MASS DESTRUCTION: EFFORT TO REDUCE RUSSIAN ARSENALS MAY COST MORE, ACHIEVE LESS THAN PLANNED. Washington: GAO, April 1999. 32p.

U.S. National Research Council. Committee on Upgrading Russian Capabilities to Secure PU and HEU. PROTECTING NUCLEAR WEAPONS MATERIAL IN RUSSIA. Washington: National Academy Press, May 1999. 60p.

U.S. National Security Council. A NATIONAL SECURITY STRATEGY FOR A NEW CENTURY. Washington: The Council, October 1998. 61p.

Utgoff, Victor A., ed. NUCLEAR PROLIFERATION, U.S. INTERESTS, AND WORLD ORDER. Cambridge, MA: MIT Press, 1999. 325p. ©

Enfrentando o Desafio da Proliferação: PRINCIPAIS SITES NA INTERNET

Por favor observe que o USIS não assume nenhuma responsabilidade quanto ao conteúdo e à disponibilidade dos recursos abaixo relacionados; tal responsabilidade é única e exclusivamente dos seus respectivos provedores.

INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS

Center for International Security and Cooperation
<http://www.stanford.edu/group/CISAC/>

Center for Nonproliferation Studies, Monterey Institute of International Studies
<http://cns.miis.edu/>

The Harvard Sussex Program on CBW Armament and Arms Limitation
<http://fas-www.harvard.edu/~hsp/>

Nuclear Testing in India and Pakistan
<http://www.lib.berkeley.edu/SSEAL/SouthAsia/nuclear.html>

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

International Atomic Energy Agency
<http://www.iaea.org/>

The Organization for the Prohibition of Chemical Weapons
<http://www.opcw.nl/ptshome2.htm>

United Nations: Disarmament
<http://www.un.org/Depts/dda/index.html>

The United Nations Demining Database
<http://www.un.org/Depts/Landmine/index.html>

GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS

Cooperative Threat Reduction Program
<http://www.dtra.mil/ctr/>

Nonproliferation and International Security Division
<http://www.lanl.gov/orgs/nis/>

Nuclear Material Management Homepage
<http://www.ca.sandia.gov/NMM/>

Office of Humanitarian Demining Programs (HDP)
<http://www.state.gov/www/global/arms/pm/hdp/index.html>

Office of Nonproliferation and National Security
<http://www.nn.doe.gov/default.htm>

U.S. Department of Energy: Office of Fissile Materials Disposition
<http://twilight.saic.com/md/mdmain.asp>

U.S. Department of State, Arms Control and International Security/Political Military Affairs
<http://www.state.gov/www/global/arms/index.html>

U.S. Information Agency: Arms Control and Non-Proliferation
<http://www.usia.gov/topical/pol/armsctrl/>

ORGANIZAÇÕES NORTE-AMERICANAS

The Arms Control Association
<http://www.armscontrol.org/>

Carnegie Endowment for International Peace: Non-Proliferation
<http://ceip.org/programs/npp/index.htm>

Chemical and Biological Arms Control Institute
<http://www.cbaci.org/>

Comprehensive Test Ban Treaty (CTBT) Site
<http://www.clw.org/pub/clw/coalition//ctbindex.htm>

East Asia Nuclear Policy Project (Nautilus Institute)
<http://www.nautilus.org/nukepolicy/index.html>

The Stimson Center
<http://www.stimson.org/>



POLÍTICA EXTERNA DOS EUA A G E N D A

VOLUME 4

UMA REVISTA ELETRÔNICA DA AGÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DOS EUA

NÚMERO 2

*Enfrentando o
Desafio da
Proliferação*

Setembro de 1999

